

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação de Mestrado

**Uma nova forma de ver e se relacionar com o mundo: narrativas de sujeitos
vinculados ao movimento agroecológico na cidade de Pelotas/ RS**

Lais Schillim da Silva

Pelotas, 2023

Uma nova forma de ver e se relacionar com o mundo: narrativas de sujeitos vinculados ao movimento agroecológico na cidade de Pelotas/ RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Alessandra Gasparotto

Pelotas, 2023.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S586n Silva, Laís Schillim da

Uma nova forma de ver e se relacionar com o mundo [recurso eletrônico] : narrativas de sujeitos vinculados ao movimento agroecológico na cidade de Pelotas/RS / Laís Schillim da Silva ; Alessandra Gasparotto, orientadora. — Pelotas, 2023.

98 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Agricultura. 2. Agroecologia. 3. História oral. 4. Agrotóxicos. 5. Agronegócio. I. Gasparotto, Alessandra, orient. II. Título.

CDD 907.2

Resumo

SILVA, L. S. **Uma nova forma de ver e se relacionar com o mundo**: narrativas de sujeitos vinculados ao movimento agroecológico na cidade de Pelotas, RS. Orientadora: Alessandra Gasparotto. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

O presente trabalho busca compreender duas frentes do movimento agroecológico na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul: as razões que levaram agricultores de pequeno porte a adotarem a agroecologia como forma de cultivo e manejo do solo, e a trajetória daqueles que estão inseridos nas diferentes frentes da atuação social e política da construção da Agroecologia. Por conseguinte, também salienta as transformações que a adoção do consumo e produção voltados a forma agroecológica acarreta na qualidade de vida e trabalho destes sujeitos. Através da metodologia de história oral temática, este trabalho apresenta os relatos como centrais na compreensão da importância de organizações, feiras e políticas públicas no fomento desta prática. O potencial que a oralidade daqueles que constroem alternativas sustentáveis alcança, junto da construção de novas relações humano-ambiente, é proposto como forma de localizar a agroecologia dentro das epistemes decoloniais. Assim, é pautada a oralidade e a experiência daqueles que trabalham a terra no centro da recepção e aplicação de conhecimentos social e ambientalmente adequados. Além disso, algumas considerações sobre o agronegócio brasileiro foram apresentadas, tendo em vista as suas consequências ambientais, sociais e trabalhistas. A contribuição científica da agroecologia oferece alternativas ao modelo capitalista do século XXI e abre possibilidades para o futuro da agricultura nacional, de maneira distinta das práticas agrícolas predominantes hoje.

Palavras-chave: Agricultura. Agroecologia. História Oral. Agrotóxicos. Agronegócio.

Abstract

SILVA, L. S. **A new way of seeing and relating to the world:** narratives of individuals linked to the agroecological movement in the city of Pelotas, RS. Advisor: Alessandra Gasparotto. 2023. Dissertation (Master's in History) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, 2023.

This work seeks to comprehend two aspects of the agroecological movement in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul: the reasons that led small-scale farmers to adopt agroecology as a form of cultivation and soil management and the trajectory of those engaged in various fronts of social and political action in the construction of Agroecology. Consequently, it highlights the transformations that the consumption and production adoption focused on agroecological methods result in the life quality and work of these individuals. Through the thematic oral history methodology, this work presents the accounts as central to understanding the importance of organizations, markets, and public policies in promoting this practice. The potential that the orality of those who construct sustainable alternatives achieves, in conjunction with the construction of new human-environment relationships, is proposed as a way to situate agroecology within decolonial epistemes. Thus, it places the orality and the experience of those who work the land at the forefront of the reception and application of socially and environmentally appropriate knowledge. Furthermore, some considerations about Brazilian agribusiness were presented, considering its environmental, social, and labor-related consequences. The scientific contribution of agroecology offers alternatives to the capitalist model of the 21st century and opens possibilities for the future of national agriculture, distinct from the prevailing agricultural practices nowadays.

Keywords: Agriculture. Agroecology. Oral History. Pesticides. Agribusiness.

Lista de Figuras

Figura 1	Fotografia bisavô ao lado de um dos touros que ficavam no cercado de arame.....	14
Figura 2	Fotografia tirada no momento em que trabalhava com alambrados.....	15
Figura 3	Fotografia da banca de feira mantida pelo meu pai.....	16
Figura 4	Fotografia da família em meio à lavoura de tomates.....	16
Figura 5	Mapa da localização de Pelotas.....	25
Figura 6	Distribuição dos recursos programados do crédito rural por tipos de agricultura no Brasil	34

Lista de abreviaturas e siglas

ACT	Aliança Contra o Tabaco
ARPASUL	Associação de Produtores Agroecologistas da Região Sul
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEASA	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IECLB	Igreja de Confissão Luterana no Brasil

IFSUL	Instituto Federal Sul Rio Grandense
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MES	Movimento de Esquerda Socialista
MST	Movimento Sem Terra
NESIC	Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
RV	Revolução Verde
SRB	Sociedade Rural Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

Sumário

Introdução	10
1. Estado, agronegócio e a crise ambiental	25
1.1. História da ideia de agribusiness e importação do termo para o Brasil	26
1.2. Revolução Verde e Modernização conservadora	29
1.3. Estado-Corporação e Neoliberalismo	31
1.4. Apontamentos sobre a agricultura familiar e ecológica	36
1.5. As feiras como espaço de inserção socioeconômica de pequenos produtores	43
1.6. Agroecologia na cidade de Pelotas	45
2. Agroecologia e História Oral: diálogos possíveis	52
2.1. Capitalismo, colonialismo e supressão de alternativas epistemológicas	53
2.2. Percurso metodológico e relato das entrevistas realizadas	57
2.3. Produtores e produtoras	60
2.4. Extensão rural	73
2.5. Segurança alimentar	79
Considerações finais	84
Fontes Orais	86
Referências	87
Anexos	92

Introdução

Múltiplas são as razões que influenciaram na escolha deste tema e a realização deste trabalho. Minha trajetória de pesquisa junto da agricultura ecológica é intrínseca à minha vivência dentro e fora da academia, e é algo que transpassa gerações daqueles que vieram antes de mim. É difícil dimensionar o quão profundo é o passado de agricultores em minha família; da agricultura surgem nossas falas, crenças e afazeres. Meus bisavôs paternos foram o que consegui presenciar em vida, e dos quais guardo muitas histórias. Meu bisavô exercia a profissão de alambrador¹ e nas fotografias ele está sempre rodeado por elementos que o ligam a sua profissão como no exemplo das fotos abaixo (Figura 1 e 2), e é traço característico que os retratos de família sigam essa linha de sempre colocar elementos da agricultura nas recordações.

Figura 1 - Fotografia bisavô ao lado de um dos touros que ficavam no cercado de arame.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 1982.

Já meus tataravôs paternos foram encarregados de gerenciar um pequeno moinho. E, antes destes, todos que vieram eram agricultores, ou seja, não há história de família sem falar em agricultura. O legado de entes queridos é mantido pela minha avó materna em vidros de sementes crioulas². As histórias que ouvia antes de dormir eram de familiares que moravam em locais isolados, da trajetória que meus pais trilhavam dentre açudes, arroios e estradas de chão

¹ Profissão antiga do meio rural é o profissional responsável por construir cercas de arame.

² Sementes cultivadas e melhoradas através da seleção e cultivo por agricultores camponeses, quilombolas e indígenas. Algumas remontam vários anos de plantio pela família que a cultiva. Esse melhoramento, no entanto acontece de forma natural e orgânica, sem o aditivo de químicos.

para visitar seus parentes. Viajar até esses locais sempre foi um sonho de infância, muitos dos quais foram desgastados com o tempo, aqueles que consegui conhecer ainda abrigavam queridas pessoas que carregavam junto de cada alimento um carinho. Cada refeição oferecida trazia junto de si anos de ensinamento, de tentativa e erro, de formas de cultivo e preparo. Tudo se contextualiza para mim dentro de uma lógica da natureza, de seus frutos.

Figura 2 - Fotografia tirada no momento em que trabalhava com alambrados.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 1979.

O primeiro contato com a agricultura agroecológica partiu das visitas à casa da minha avó materna; essa quando jovem era responsável por cultivar uma horta paralela às atividades agrícolas da família, para que fosse possível alimentar seus dez filhos. Ela a mantém até hoje, com uma diversidade de cultivos, onde flores e árvores se misturam com diversas plantas alimentícias, pautando a plantação na rotatividade e auxílio que estas proporcionam. Conhecimentos estes que poucos dos seus filhos mantêm vivo. O avanço de uma agricultura tecnificada, e fortemente amparada em substâncias químicas, instaurou novas formas de cultivo, e se confunde com minha infância. Meus pais são pequenos agricultores, eram feirantes (Figura 3) e atualmente distribuem sua produção em pequenos mercados no bairro Santa Terezinha, na cidade de Pelotas.

Figura 3 - Fotografia da banca de feira mantida pelo meu pai.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 1987.

As recordações que guardo do passar dos anos, são contadas pelo tipo de alimento que estávamos cultivando. Logo, quando pequena lembro de meus pais colocando o milho em sacos, colhendo as melancias em um caminhão e encaixotando os tomates. Quando completei sete anos recordo das lavouras de morango, das extensas plantações de pimentão. Aos dez anos, memórias das lavouras de couve, alface, rabanete, morango e tempero verde. Desta maneira, marcava a idade e os acontecimentos mais importantes. O mundo se desdobrava ao meu redor pautado nas transformações do espaço rural, reconhecia os meses de acordo com o cultivo que iríamos realizar, ou dos passarinhos e insetos que cantavam e zumbiam ao nosso redor em cada período.

Figura 4 - Fotografia da família em meio à lavoura de tomates.



Fonte: acervo pessoal da autora, 1996.

A propriedade em que produzem, localizada no Monte Bonito, 9º Distrito de Pelotas, possui cinco hectares. Os métodos da agricultura convencional, que utiliza de agrotóxicos, também foram transformando a paisagem em que minha família está colocada. No período de plantação dos pimentões e tomates – duas plantas que, sendo produzidas desta maneira, demandam grande quantidade de aplicações de químicos – percebemos algumas mudanças. As flores cederam espaço para longas extensões de terra com lavouras de pimentão. Os pássaros e insetos, que a cada ano indicavam a mudança das estações, já não estavam ao nosso redor. Meus pais observavam os valores necessários para a compra de fertilizantes e agrotóxicos ficarem cada vez maiores, e o intervalo de aplicação destas substâncias, a cada colheita mais curto.

Em minha trajetória acadêmica buscava compreender as transformações que se impunham à minha vivência fora dela. Foi quando entrei em contato com estudos sobre movimentos de pequenos agricultores, e dentro destes a agroecologia. A cada texto lido, minhas inquietações eram respondidas, mas novas surgiam. Por que durante muitos anos, o acompanhamento de agrônomos foi tão incisivo na introdução de agrotóxicos nos plantios? Quais eram os custos ecológicos e humanos de uma aplicação desmedida de herbicidas e outros químicos? Como resistir ao cercamento ao qual as monoculturas ao redor de nossa propriedade estavam nos submetendo? Percebi meus pais isolados de movimentos ligados à agroecologia, e sem conseguir imaginar saídas para esta forma de cultivo.

Assim iniciei meu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas, utilizando a metodologia de história oral. Estudo no qual entrevistei produtores agroecológicos investigando os motivos que os levaram a transformar suas plantações e seu modo de viver (SILVA, 2020). A pesquisa se desdobrou no projeto de mestrado, que inicialmente buscava entender os motivos que levaram produtores a optarem pela forma agroecológica de produção. Devido a problemas de saúde enfrentados durante os anos de desenvolvimento da pesquisa, uma mudança teve de ser efetuada. Para melhor compreender os objetivos do trabalho, as entrevistas foram adaptadas para abranger outros entrevistados de diferentes nichos da agroecologia em Pelotas. A fim de compreender de forma ampla os motivos que levam os produtores a optarem

pela agroecologia, bem como sua atuação na cidade. E demonstrar que o movimento é construído por diversas frentes, sendo necessário apoio para aqueles que produzem encontrarem espaços de comercialização. Além da luta pela preservação do espaço ao redor da propriedade, sendo fundamental a atuação daqueles que monitoram as derivas químicas de grandes propriedades.

A escrita do texto refletiu diretamente na propriedade da família, que atualmente trabalha para resgatar sementes e espécies nativas de frutas, árvores e flores. Os espaços que anos atrás cederam lugar para lavouras que demandavam grande uso de herbicidas, hoje abrigam uma chácara farta. As flores trouxeram os insetos de volta, as árvores frutíferas abrigam uma variedade de pássaros, alguns que minha mãe havia avistado somente quando criança. Logo, a escrita do projeto de mestrado buscou continuar a pesquisa iniciada na graduação, abrangendo novas figuras do movimento na cidade. Demonstrando que a agroecologia é um movimento com diversas frentes.

Para entender os movimentos que lutam por uma agricultura ecológica, é fundamental retroceder no tempo a fim de entender as transformações que tornaram essa discussão tão necessária. As adaptações nas formas de cultivar alimentos perpassam pela história de diversos povos, mas a partir da Segunda Guerra Mundial um processo de padronização e mecanicismo dos modos de plantio começou a ser posto em prática. A indústria química, que cresceu durante a guerra, viu na agricultura um local em potencial para que seus produtos continuassem a ser comercializados, mas a cada mudança nas formas de consumo, uma investida ideológica precisa ser formulada. Com a promessa de ultrapassar o tempo de crescimento das plantações, o aditivo de químicos nas lavouras prometia solucionar o problema das espécies invasoras e combater a sombra da fome que assolava os novos centros urbanos.

Os grandes pólos capitalistas abrigavam populações crescentes de trabalhadores, a rápida urbanização dos espaços proporcionou um aumento populacional, a ideia de ganhos de produtividade foi recebida com expectativas de alimentar a mão de obra necessária ao setor urbano-industrial em desenvolvimento (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

O setor agroquímico instaurou uma nova forma de manuseio do solo; a monocultura, com a introdução de maquinários acompanhados da aplicação de pesticidas e fertilizantes sintéticos. O processo de modernização da agricultura

ocorreu em escala global, no que foi denominado Revolução Verde³, um projeto lançado em concomitância com as ações da Guerra Fria⁴, que além da busca de protagonismo dos Estados Unidos frente ao comunismo, procurou ampliar sua influência e investir em políticas voltadas para a agricultura de outros países. As bases desta proposta eram o crédito rural e a assistência técnica, visando modernizar a produção no campo, o que por outra via estruturou uma política de sujeição, que os tornou adeptos da mudança, dependentes da compra de insumos e maquinários, minando a autonomia de pequenos agricultores e a biodiversidade de vastos territórios.

Assim, os EUA buscavam exportar para outros países o modo de vida americano de consumo e produção. No contexto brasileiro, articulando-se com os EUA, governos ditatoriais⁵ esquadriharam a “expansão dos mecanismos de acumulação demandados pela fase imperialista de exportação de capitais” (RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 83). O setor rural era fundamental nessa investida, visto que ele precisaria passar por um processo de industrialização e capitalização, bem como de modernização para que esse projeto fosse bem sucedido. Logo, em meio às disputas por uma reforma agrária, a ditadura e as elites rurais trabalharam em concomitância com o projeto estadunidense, como forma de manter a concentração de terras e poder sob controle dos latifundiários⁶.

A investida em propaganda e apoio político ocorreu em paralelo com ações de angariamento de produtores rurais, primeiramente materializado no apagamento dos modos de cultivo que aqui imperavam. Ou seja, empresas

³ Segundo o Dicionário de Agroecologia e Educação (2021): “A Revolução Verde foi um processo [...] não só de mudança técnica, mas, sobretudo econômica e também cultural que impulsionou transformações na agricultura, associadas a um pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas), fármacos (rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima” (HADICH; ANDRADE, 2021, pg. 650).

⁴ Ocorre de 1947 até 1991 com a dissolução da União Soviética.

⁵ A ditadura civil-militar no Brasil teve início com o Golpe civil-militar de 1964, que depôs o então presidente João Goulart (PTB). Após o Golpe, o Brasil viveu mais de vinte anos de ditadura civil-militar.

⁶ Latifúndio se configura como uma grande extensão de terras pertencente a um indivíduo ou família, e que não necessariamente cumpre a sua função produtiva. As elites latifundiárias brasileiras detinham influência política e econômica, pautadas na manutenção destas propriedades. Portanto, na tentativa de fixar sua posição na sociedade, se colocavam contra as reformas agrárias populares.

disseminaram seus pacotes tecnológicos alegando ser esta uma forma eficiente de produção. Como exemplo tem-se a Cargill⁷ que “criou [...] estratégias para ampliação dos seus interesses no ramo agroindustrial em todo o país” (RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 96). Em programas de extensão rural, demonstraram agilidade do plantio com uso de maquinário e agrotóxicos, e em seus discursos pontuaram como os métodos utilizados tradicionalmente eram supostamente ultrapassados e insuficientes. Após convencer os agricultores brasileiros da insuficiência de seus modos de cultivo, encontram campo fértil para vender tratores, sementes geneticamente modificadas e bioquímicos.

Aliado a estes, as primeiras escolas de Agronomia (1860) passaram a formar profissionais capacitados nos discursos de multinacionais, compreendendo a mentalidade de produtores rurais e buscando convencê-los dos benefícios dos novos equipamentos (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Após a disseminação destas novas formas de produzir, não tardou a aparição de publicações que davam ênfase aos danos ambientais que as monoculturas traziam junto de si. Dentre os trabalhos de mais impacto, em 1962 Rachel Carson lançava *Primavera Silenciosa*, que deu enfoque aos efeitos colaterais do uso de venenos como controladores de pragas. A autora demonstrou o que ocorreu em grande escala, mas também dá enfoque às perdas que pequenos produtores sofreram em suas fazendas.

Quando aviões lançaram pesticidas sobre grandes extensões de terra, visando eliminar determinado inseto, acabaram contaminando rios, pastagens, humanos e animais. Ao demonstrar as reivindicações das populações de cidades afetadas, Carson demonstrou o caráter de valorização da natureza por parte das pessoas e a constante negligência do governo ao não se atentar às questões levantadas por estas. O livro lançou debates, que desencadearam movimentos ambientalistas ao redor dos Estados Unidos.

Já em 1970, como forma de estabelecer uma base teórica para movimentos que buscavam uma agricultura sustentável, nasceu a Agroecologia (como ciência), capaz de propor alternativas viáveis a outras formas de relação com a natureza (ASSIS; ROMEIRO, 2002). Com a perspectiva de resgatar

⁷ Multinacional estadunidense que realiza o processamento de alimentos. No ano de 2022 se configurou como a segunda maior empresa do mundo, tendo forte relação com o agronegócio.

práticas que foram utilizadas antes da introdução dos químicos, e valendo-se de ciência e tecnologia, a agroecologia pretende construir agroecossistemas produtivos, que sejam capazes de reconstituir ecossistemas naturais danificados pela agricultura convencional.

No contexto brasileiro, em 1979, Adilson D. Paschoal introduziu discussões sobre o uso de pesticidas em território nacional. O autor acabou por demonstrar que ao procurar solucionar os problemas das pragas, as consequências da aplicação de agrotóxicos eram alarmantes. As substâncias acabaram por desenvolver super pragas, que se tornaram resistentes ao uso destes. As implicações ecológicas acarretadas foram transmitidas aos produtores de pequeno porte, que ainda não estavam informados dos efeitos negativos que iriam assolar suas plantações. O autor também foi responsável por cunhar o termo *agrotóxico*, que se tornou a nomenclatura usada para designar essas substâncias nocivas à saúde e usadas em plantações.

Em 1980 o debate sobre os impactos ambientais dessa transformação na forma de produção, fez surgir os primeiros grupos organizados por agricultores brasileiros contrários a esse modelo e que buscaram construir uma agricultura de base ecológica (MENASCHE *et al.*, 2015).

O estado do Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros na implantação da Revolução Verde, devido às condições agroclimáticas. No entanto, o RS também foi um dos primeiros a focar a luta ambientalista e agiu denunciando a parcela negativa do pacote tecnológico implantado, com enfoque especial ao caso das contaminações por agrotóxicos.

Como exposto por Caporal (2003), a consciência sobre os danos à saúde e ao meio ambiente gerou agitação;

crescentes movimentos de resistência de parcela importante da sociedade gaúcha, que reivindica, desde meados dos anos 1980, a necessidade de banir alguns pesticidas, diminuir o uso de agrotóxicos, eliminar práticas agrícolas danosas ao solo e às águas superficiais e subterrâneas, eliminar as queimadas e reduzir o desmatamento, entre outras questões. Tais movimentos trazem entre suas bandeiras a luta por uma agricultura nova, socialmente justa e ambientalmente sustentável, para usar expressões que se popularizaram nas últimas décadas (CAPORAL, 2003, pg. 1).

Outra importante ação que se realizou na década de 1980 foi a primeira Lei de Agrotóxicos, aprovada pela Câmara de Vereadores de Santa Maria, RS. Esta foi seguida pela implantação da Lei estadual nº 7.747, de 22 de Dezembro de 1982, que dispôs sobre a regulação no uso e aplicações de químicos nas plantações do estado. Mesmo fortemente atacada pelas pressões das multinacionais, demonstra a articulação da sociedade civil (CAPORAL, 2003).

Em concomitância com ações voltadas para a proteção do meio ambiente, cresceu o número de movimentos que buscavam alternativas para as pastagens, manejo do solo e proteção das matas. É nos anos 1980 que despontaram pelo território do estado as primeiras experiências em agricultura ecológica e orgânica, fomentadas por projetos de extensão rural e organizações não governamentais (COSTABENDER, 1988). Como extensão rural, a atuação do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável foi notável no estado. Também importantes as ações do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor⁸ (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares⁹ (CETAP).

Organizações como estas desenvolveram assistência aos produtores, pautando uma visão crítica à modernização em curso. Do ponto de vista técnico, buscavam restituir práticas tradicionais, proporcionando estratégias voltadas ao produtor rural e sua permanência no campo. “A agricultura alternativa representa uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa” (BRANDENBURG, 2002, pg. 12).

Em Pelotas, foi criada em 1995 a Associação de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPASUL), uma associação independente que tinha como finalidade reunir os associados em torno dos princípios da agricultura ecológica, organizar a produção e tornar viável a propriedade rural através da criação de espaços próprios para comercialização deste gênero. Assim a primeira feira agroecológica da região teve início em 1995, sendo criada pela

⁸O CAPA é uma organização da sociedade civil, com atuação em três estados localizados no sul do Brasil, são eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Foi criado em 1978 e tem vinculação com à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

⁹A CETAP é uma organização da sociedade civil que teve sua criação em 1986, e desde então busca encontrar alternativas que sejam apropriadas a agricultores familiares visando promover o desenvolvimento sustentável destes.

ARPASUL e levando seu nome, importante salientar, que até o momento de escrita deste trabalho, a associação ainda desempenha significativa atuação na região.

Além desta, em 1999, com a proposta de fomentar a produção no campo e interligá-la com o consumo da cidade, a cooperativa e restaurante Teia Ecológica se somou às frentes que buscavam fomentar o consumo e produção de alimentos ecológicos. O produto servido no restaurante advém da produção de agricultores da cidade, e é importante ferramenta de amparo socioeconômico. No ano de desenvolvimento do presente trabalho, Pelotas conta com aproximadamente 10 feiras orgânicas e agroecológicas espalhadas por diversos bairros.

Inúmeros são os trabalhos sobre o estudo do rural, de seus saberes (MENASCHE *et al.*, 2015), da estética dos alimentos produzidos e das implicações disso na saúde humana (BARBOSA, 2016). Profissionais da saúde alertam para o aumento da recorrência na presença de agrotóxicos em exames realizados junto de humanos (HIGASHI, 2002). Algumas pesquisas desenvolvidas através da metodologia de epidemiologia crítica (BREILH, 2006) também alertam para a ocorrência de relações entre o aparecimento de novas doenças e suas interações com a forma de cultivo da agricultura convencional. Estes autores entendem que processos epidemiológicos precisam ser averiguados levando em consideração:

relações dialéticas de determinação entre processos gerais (modelos de produção e reprodução social, forma de metabolismo sociedade-natureza), particulares (modos de vida da classe trabalhadora, considerando as dimensões de trabalho, satisfação de necessidades básicas, identidade sociocultural, vivência comunitária, organização política e relações socioecológicas) e singulares (estilos de vida, estados subjetivos e expressões genóticas e fenotípicas) (NEVES, PIGNATI, 2021, pg. 15).

O crescente interesse de pesquisadores em desenvolver suas pesquisas voltando-se para as consequências das monoculturas acarreta também em um aumento no grupo de consumidores que toma consciência do quão nocivo se torna o uso desmedido de substâncias que permitem cultivos em massa. É evidente que pesquisas que enfoquem essas problemáticas são imprescindíveis, já que os efeitos das práticas modernas de produção surtem impacto negativo

em larga escala populacional. A agroecologia atua como meio de desmistificar a necessidade de produzirmos de formas tão prejudiciais ao meio ambiente. E traz um diferencial, uma nova forma de pensarmos nossa relação com os alimentos, e principalmente com o conhecimento que norteia os estudos sobre o modo convencional de produção alimentar.

A lógica capitalista que perpassa a produção do agronegócio, produzindo insegurança alimentar como elemento constitutivo do sistema alimentar brasileiro se encaixa no que Llaila O. Afrika (1995) conceituou como nutricídio: genocídio nutricional. Entender o processo de apagamento dos saberes do Sul global¹⁰, e perceber que o processo de padronização dos cultivos é um braço do imperialismo nestes países (ARÁOZ, 2020) que vem consumindo a biodiversidade e sendo agente dos déficits nutricionais da população destes locais. Trazer pesquisas sobre colonialidade¹¹ (QUIJANO, 2015), abre horizontes para se pensar as formas de produção que foram introduzidas no território latino-americano através da Revolução Verde. Assim, é possível compreender as disputas dentro do campo da agricultura, sob uma ótica de dominação e dependência do sistema agroexportador, que sustenta a continuidade de processos coloniais.

A América Latina, mesmo com governos progressistas, manteve a exploração desmedida dos recursos naturais e a poluição de rios e terras que servem de moradia e fonte de alimento para povos tradicionais (ARÁOZ, 2020). Como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2010), a realidade atual é a mesma do período colonial, ela se reproduz nessas relações que perpetuam expropriações e sub-humanidades modernas. O acirramento de conflitos no campo e o crescente índice de insegurança alimentar acendem um alerta social, as bases modernas se fundem em bases coloniais, onde o Sul se mantém como fundamental no crescimento do Norte global. “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2010, p. 34).

¹⁰ Para Santos através do conceito de linhas abissais (2010, p. 32), é necessário explorar os conceitos de Norte e Sul global, pois estes permitem compreender de que maneira se estrutura a divisão da hegemonia dos países ricos (Norte) sobre os periféricos (Sul).

¹¹ Ver página 35.

Posto isso, o estudo objetiva pontuar que o movimento agroecológico é construído por diferentes sujeitos. Portanto, é fundamental entender os motivos que levaram os pequenos produtores rurais da região de Pelotas, Rio Grande do Sul, a optarem pela agroecologia, bem como a trajetória e as motivações daqueles que integram outras frentes de atuação do movimento. Através da análise dos relatos destes indivíduos, busca-se examinar as possibilidades e desafios atualmente presentes no movimento agroecológico da região e compreender como ocorre a mudança de perspectiva de consumo e produção entre eles.

O presente trabalho leva em consideração os processos de resistência desempenhados pelos produtores e indivíduos vinculados ao movimento agroecológico e pauta a participação dos produtores como fundamentais na construção dos estudos no campo das Ciências Humanas. Isto porque a agroecologia é um campo de normas e conhecimento científico que subsidia e orienta as formas sustentáveis de cultivo (ALTIERI, 2000) e, desta forma, se nutre da multidisciplinariedade, mas, principalmente, tem suas bases ancoradas no conhecimento popular (CAPORAL, *et al.*, 2006). A partir da utilização dos relatos orais de agricultores agroecologistas, cria-se espaço para questionamentos acerca dos modelos convencionais utilizados no passado, efetuando uma mudança epistemológica pautada em conhecimentos que aqui já estavam antes das monoculturas.

O percurso metodológico desta pesquisa baseia-se na construção de relatos de vida de indivíduos que adotaram a perspectiva agroecológica de cultivo e consumo em Pelotas. Foi elaborado um roteiro com quarenta e quatro questões para orientar as entrevistas com os produtores. Adicionalmente, além dos agricultores, o estudo aborda entrevistas destinadas a entender as ações que promovem o consumo e produção sustentável. Estas são realizadas com profissionais engajados na formulação e promoção de políticas públicas para a agricultura orgânica e ecológica. Para tal, foram desenvolvidos outros três roteiros, com cerca de quinze questões cada, direcionadas aos respectivos campos de atuação desses profissionais.

Ainda, ao utilizar a metodologia de História Oral, este estudo realiza uma troca de saberes necessária para o estudo de questões relacionadas ao campo. Quando o historiador ou a historiadora pesquisa o pequeno produtor realiza um

importante diferencial nos estudos sobre agricultura, já que enfoca a narrativa dos produtores sobre como estes constroem a sua experiência. Desta forma, é possível alcançar as nuances da construção de memórias coletivas de diferentes comunidades e sua forma de pensar a identidade do grupo, tanto como a reconstrução de práticas norteadoras de sentidos para os mesmos (HALBWACHS, 2003).

O fazer histórico proporciona aos pesquisadores “explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na [...] história” (BURKE, 1992, p. 41). Logo, enfoca a atuação daqueles que buscam nas margens da agricultura convencional, demonstrar que existem outras maneiras de produção e distribuição de alimentos de qualidade.

O texto será dividido em dois capítulos. O primeiro abordará as interações entre o Estado e as corporações, os modos de produção surgidos com a Revolução Verde e a importação do conceito de agronegócio. Será essencial analisar os impactos da ideologia neoliberal na intensificação dos conflitos por terra para entender as transformações na agricultura contemporânea. Este capítulo também enfocará a relevância das feiras para a inserção socioeconômica de pequenos agricultores e investigará o papel da agricultura familiar no abastecimento de alimentos tanto no âmbito nacional quanto regional. Além disso, serão destacados estudos que evidenciam as limitações do agronegócio em relação à segurança alimentar e ambiental. Dessa forma, ressaltará a urgência em considerar práticas agrícolas ecológicas e agroecológicas como soluções efetivas aos problemas apresentados pelas monoculturas.

O segundo capítulo irá se dedicar à análise das entrevistas conduzidas com agricultores e indivíduos engajados na promoção de políticas dentro do movimento agroecológico. No caso dos produtores, a análise é centrada em investigar de que forma se constituem os processos de transição ao modo de produção agroecológico e os impactos destas mudanças nas propriedades agrícolas. A Agroecologia é apresentada não apenas como uma alternativa ao modelo do agronegócio, mas também como uma forma de resistência e emancipação diante do avanço deste. Desta forma, ressaltará o valor

epistemológico e social do movimento como forma de enriquecer o debate sobre colonialidade.

Dos entrevistados, o estudo conta com o relato de três produtores, e três profissionais que atuam no fomento da agroecologia na cidade. Um dos agricultores entrevistados, Edmilson Gil Oliveira, de 42 anos, disponibilizou suas falas no ano de 2020, durante a realização do TCC¹² da presente autora. Já a segunda entrevista foi concedida por Danielle Bonow de 23 anos, que é feirante junto com seu pai Daniel Bonow, de 46 anos, no ano de 2022. Por fim, a última entrevistada Mari Luzia Geisel de 59 anos, é também feirante nas feiras livre da cidade e concedeu sua entrevista no ano de 2023.

Os demais entrevistados são: Fábio André Mayer, coordenador técnico/programático do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA); Jurandir Buchweitz e Silva, vereador da cidade de Pelotas e um dos proponentes da lei Nº 6.980, de 14 de outubro de 2021 que instituiu a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica do Município de Pelotas; Cristine Jaques Ribeiro integrante da Coordenação do Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar no município de Pelotas. Estes, concederam suas entrevistas no ano de 2021 e 2022.

Durante a realização das entrevistas, um desafio emergiu. A ocorrência de contaminações resultantes da deriva química na propriedade da família da autora. Essas contaminações consumiram tempo considerável, uma vez que os membros da família tiveram que se dedicar à recuperação de suas propriedades. Adicionalmente, problemas de saúde ao longo do ano dificultaram a visita aos produtores e a realização das entrevistas. Foi observado que tais complicações de saúde também estavam associadas ao uso e aplicação indevida de substâncias químicas em lavouras próximas a propriedade da família da autora. O contato com resíduos causou o crescimento de nódulos na glândula da tireoide e o agravamento da condição de hipertireoidismo que já havia sido diagnosticado.

¹² SILVA, L. S. "O trabalho com a natureza é puxado, mas compensa": Narrativas de produtores agroecológicos na cidade de Pelotas e Canguçu. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Bacharelado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Dados presentes no Censo Agropecuário de 2017 informam que a cidade de Pelotas teve em suas áreas cultiváveis 8.763 hectares de arroz, 21.033 hectares de soja e 2.791 hectares de pêssego plantados. Em 2018 seus principais cultivos foram o pêssego, soja, arroz, milho e fumo (SEBRAE, 2019). Estas, em totalidade fazem uso de pulverização de agrotóxicos, em especial o herbicida. O método de pulverização aérea é amplamente utilizado na cidade, não havendo nenhum tipo de fiscalização à prática. “Calcula-se que apenas [...] 25 a 50% dos agrotóxicos aplicados em pulverizações sejam depositados na superfície das plantas. Nas condições mais propícias, os métodos atuais desperdiçam de 50 a 75% dos produtos aplicados” (PASCHOAL, 2019, p. 94), tornando-se apenas contaminantes ambientais.

O historiador que realiza sua pesquisa pautada nos métodos da história oral, muitas vezes adentra um espaço de disputas. Vale salientar que o contato com os entrevistados Fábio e Jurandir, abriu inúmeras possibilidades de enfrentamento a situação das derivas químicas, levando em consideração seu trabalho de acompanhamento e familiaridade para com os produtores orgânicos. Orientar as pesquisas levando em consideração os relatos daqueles que estão imersos nos conflitos sociais de nosso tempo permite que a escrita da história “[...] seja menos um fator de alienação e mais de transformação” (MEIHY, 2006, p. 200). Este trabalho é fruto de disputas caras a autora, e aqueles que integram a comunidade na qual se insere.

Por fim, em meio ao período em que as informações circulam em cenários de distorção dos movimentos populares, criando novos embates “é, de um lado, a palavra e, de outro, o silêncio” (PORTELLI, 2000, p. 71). E entender os silêncios e os apagamentos se faz fundamental (POLLAK, 1989).

1. Estado, agronegócio e a crise ambiental

As estratégias e estruturas de acumulação de capital que moldaram nossa época surgiram nos últimos 25 anos do século XIX. São traços característicos do quarto ciclo sistêmico de acumulação a internalização dos custos de transação, fazendo com que as empresas tivessem que verticalizar suas funções. Isso resulta na troca da economia de tamanho por uma economia de velocidade. Assim, a velocidade em que se produz e o conseqüente aumento da produção são características chave. Além disso, o dinheiro se materializa num subproduto das atividades de gestão de Estado, visto a atuação das multinacionais e grandes corporações privadas nesta nova etapa do capitalismo global (ARRIGHI, 2006).

As pressões internacionais sobre o estado o fizeram penetrar em outros campos, como explicitado por René Rémond (2003, p. 23):

As crises que perturbaram o funcionamento das trocas e desajustaram os mecanismos da economia liberal, obrigando o Estado a intervir, também deram à política a oportunidade de penetrar num setor diferente. O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior.

Três fatores são essenciais neste novo momento: trabalho, terra e capital. Portanto, os impactos dessa mudança na agricultura são imediatos. No século XX, tem-se a metamorfose do capitalismo em moldes mais agressivos, especialmente contra a natureza e as relações humanas. Este momento é marcado pelo capital financeiro monopolista, comercial e industrial, onde a concentração de riquezas se acumula em empresas privadas (FONTES, 2010). Estes acontecimentos alteraram a relação de consumo, as relações sociais, e principalmente as questões voltadas à exploração de recursos naturais. Os

alimentos são tidos como mercadorias chave, e os commodities¹³ se tornaram partes importantes das exportações nacionais.

A economia de velocidade também instituiu novas formas de exploração trabalhista, que se refletem no campo e na forma como movimentos sociais desenvolvem suas ações políticas.

O presente capítulo se destina a traçar um esboço do perfil histórico do agronegócio, o relacionando às multinacionais, que passam a ser centrais na economia mundial. Analisar a criação do termo bem como sua importação para o território brasileiro permite entender de que maneira a classe política se articula perante a implantação da Revolução Verde no país. A partir dessa ação de captação de produtores à adesão da modernização da agricultura instaurou um mecanismo de dependência agroexportadora, que continua a direcionar os posicionamentos do Estado perante suas relações diplomáticas e comerciais com o exterior. A ascensão do neoliberalismo também se mostra fundamental, visto os impactos deste nos comportamentos sociais e na permanência de relações coloniais no território latino-americano.

1.1. História da ideia de *agribusiness* e importação do termo para o Brasil

Segundo Pompéia (2021, p. 43): “No contexto em que a noção de *agribusiness* foi criada, destaca-se a convergência de atores com experiências e posições tanto na academia quanto nas corporações e no governo”. Nos anos 1940, acadêmicos da Escola de Negócios de Harvard, liderados por Donald K. Davis fomentaram a criação de uma disciplina que se debruçasse sobre as relações de *business* (negócio) e *agriculture* (agricultura). A relação entre os dois campos estava se consolidando nos Estados Unidos. O financiamento que o grupo precisava para firmar a disciplina em Harvard partiu de uma doação de George M. Moffett, então presidente da Corn Products Refining Company (POMPÉIA, 2021).

A proximidade entre movimentações financeiras visando fomentar o uso de conceitos que relacionassem agricultura e negócios empresariais não se dá

¹³ Commodities são produtos de extração mineral ou de origem agropecuária, in natura ou minimamente industrializados com produção em larga escala, seu destino é o mercado externo.

por acaso, a compatibilidade entre grandes produtores de alimentos ultraprocessados e a história do agronegócio é extensa. Um passou a necessitar do outro dentro da cadeia comercial das commodities¹⁴. Pois conforme cresceram as verticalizações de funções características do quarto ciclo sistêmico de acumulação e a extensão territorial da produção de alimentos (ARRIGHI, 2006), cresceu a necessidade de programar a racionalidade em meio ao empresariado rural.

Já no primeiro semestre de 1995, “Davis cunharia, juntamente com a Ray A. Goldberg, a noção de *agribusiness*” (POMPÉIA, 2021, pg. 46). Assim, apesar da funcionalidade que o termo viria a desempenhar dentro de cursos de Agronomia, é uma escola de negócios que o conceitua. Davis e Goldberg defendiam que com a intensificação da produção e as extensas monoculturas, a agricultura não era mais um setor isolado, uma vez que passaria a ter relações de interdependência comercial com outros setores. De acordo com Davis, “*agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras” (DAVIS, 1995, p. 5). Segundo ele, como consequência, os pequenos produtores entrariam em declínio após o crescimento da comercialização de *commodities* por parte do *agribusiness*, visto que a decadência financeira advinda da falta de locais de comercialização tornaria somente os grandes negócios viáveis.

No ano de 1960 ocorreu uma mudança na política externa dos Estados Unidos, que impactou em grande medida a noção e utilização do termo *agribusiness*. Em pronunciamento oficial, o presidente Lyndon B. Johnson, no dia 10 de fevereiro de 1966, declarou que os EUA deveriam liderar uma guerra contra a fome. Para isso “muitos dos países em desenvolvimento precisam urgentemente atribuir prioridade à melhoria e à modernização das estruturas de produção de alimentos” (POMPÉIA, 2021, p. 59).

A noção de *agribusiness* passou a imperar com ampla aceitabilidade, em um então contexto internacional de Guerra Fria (HOBBSAWM, 1995). A colocação de que a “sofisticação” comercial e produtiva deste setor seria indispensável para a segurança alimentar em escala mundial era consenso entre

¹⁴ Commodities são produtos básicos de matérias primas utilizadas na confecção de mercadorias ao redor do globo.

os altos escalões da política norte-americana. E nesta guerra contra a fome, somente sairiam vitoriosos se a iniciativa privada e a estatal unissem forças.

As possibilidades de lucro encorajadas entre o meio privado a nível internacional seriam focadas em alguns ramos; máquinas, sementes, fertilizantes químicos, supermercados e processamento. Através destas frentes, o alcance internacional de empresas norte americanas foi ampliado.

A segunda – e significativa – via que articulava a disseminação da ideologia americana foi a Revolução Verde. Enquanto a guerra contra a fome uniu Estado-corporações no âmbito público, a Revolução Verde no final de 1960 vai atribuir legitimidade a uma importante relação dentro do *agribusiness*: aquela entre agropecuária e indústrias a montante. “A expressão “revolução verde” foi empregada para nomear os ganhos de produtividade, em países “em desenvolvimento”, resultantes do uso de novas variedades de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, entre outras tecnologias” (POMPÉIA, 2021, pg. 66). Esta noção foi um elemento fundamental para que os EUA incrementassem sua influência política dentro de países que se alinhavam geopoliticamente aos seus interesses.

“A noção de *agribusiness* apareceu na esfera pública brasileira nas décadas de 1950 e 1960 e foi notada primeiramente por entidades controladas pela agricultura patronal” (POMPÉIA, 2021, pg. 87). Exemplos daqueles que a utilizam são a Sociedade Rural Brasileira¹⁵ (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Os complexos agroindustriais se materializam como fundamentais na relação entre burguesias rurais e Estado brasileiro, mas também foram importantes na formação de acordos envolvendo o protagonismo dos Estados Unidos no país.

Durante a ditadura militar o termo foi acatado, e amplamente divulgado pelo governo, universidades norte americanas e entidades privadas. Tendo destaque a *Agribusiness Council* e à *International Basic Economy Corporation*, que elencaram o Brasil como um polo em potencial para suas operações. Líderes destas empresas realizaram várias visitas durante 1960 e 1970 para oferecer pesquisa e assessoria técnica visando alcançar empreendimentos para

¹⁵ Fundada em 1919, visava angariar o setor industrial e rural dos maiores produtores de matérias primas do período. Atualmente possui forte influência dentre entidades que defendem os interesses do agronegócio brasileiro.

investir. No país a ligação do conceito de *agribusiness* aos complexos agroindustriais é “fundamental para que passassem a ser percebidos [...] os resultados de ações - com destaque para a política de crédito rural subsidiado - dos governos militares nas relações da agropecuária” (POMPÉIA, 2021, pg. 105).

A tradução do termo *agribusiness* para agronegócio acontece visando sua utilização na esfera pública. A palavra ‘agronegócio’ apareceu primeiramente em espanhol, nos anos 1960, já a primeira utilização no Brasil ocorreu em matéria da revista *Veja* em 1969, mas sem se consolidar no meio empresarial.

Criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o Fórum Nacional da Agricultura é que acabou por transformar o termo *agribusiness* em agronegócio. Instaurado em 5 de setembro de 1996, foi um espaço de articulação privado-estatal, que abrangeu diversos atores da produção rural. Em seminário que visou discutir as exportações nacionais, em 1997, o Ministério das Relações Exteriores demandou a tradução, mesmo contrariando a vontade do empresariado. Em setembro de 1998 “após dois anos de trabalho, o fórum entregou à presidência da República [...] a carta resultante das discussões, intitulada ‘dez bandeiras do agronegócio’” (POMPEIA, 2021).

A partir de então, a utilização do termo traduzido passa a ser recorrente em discursos na Câmara dos Deputados. Posteriormente também ganha contornos de propaganda ideológica, a fim de representar os interesses de diversos setores envolvidos na produção de *commodities*.

1.2. Revolução Verde e Modernização conservadora

A modernização da agricultura brasileira é marcada por transformações técnicas e sociais, que suplementam a produção de base local, onde os circuitos produtivos eram regionais, e a leva a corresponder às expectativas e anseios imperialistas, aproveitando-se da extensa área territorial para atender as demandas do capital internacional (FREDERICO, 2013).

Frederico (2013) pontua dois processos históricos: de 1960 a 1980, o paradigma da Revolução Verde constitui complexos agroindustriais e centralidade na atuação do Estado sendo o agente planejador e fomentador; já a partir de 1990, ocorre a introdução de novas tecnologias de comunicação e

informação no meio rural, conectando-o aos centros financeiros mundiais dando início a um processo de neoliberalização do campo, com desregulações econômicas e políticas.

Portanto, no que tange ao primeiro cenário colocado pelo autor, o impulso para a modernização no campo foi realizado com os investimentos da ditadura militar. Em concordância com os latifundiários, o projeto para se criar complexos agroindustriais no meio rural, no período ditatorial, ganhou investimentos maiores do que nos governos anteriores (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Assim, no que tange ao projeto de reforma agrária que foi aplicado durante o período ditatorial, este ocorre visando a manutenção dos grandes latifundiários e de seus interesses. Logo, a estratégia de tecnificação da agricultura desempenhada nas décadas de 1960 e 1980, capacitou à manutenção da estrutura fundiária, mas também buscou atender às perspectivas de modernização, proporcionando o estabelecimento de meios e condições para a expansão do empresariado rural capitalista e aumentando exponencialmente a produção. Durante o período, “houve uma maior mobilização de recursos econômicos, políticos e administrativos voltados a garantir a efetiva execução do projeto” (RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 81). Esse processo, envolveu uma gama articulada de práticas que ligavam setores de entidades e sociedade civil. Houve também uma quantidade expressiva da participação de corporações multinacionais, que iniciaram a sua entrada no cenário nacional.

Logo, o período foi marcado pela articulação do Estado em conjunto ao patronato rural (grandes produtores e proprietários). A modernização da agricultura, atrelada a Revolução Verde, tinha como principal mote “a farta concessão estatal de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar produtos de exportação” (RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 89). Portanto, o investimento realizado na permanência de relações de poder dos grandes proprietários de terra junto do Estado, colocou o país na posição que continua a desempenhar - de agroexportador.

Também conhecida como modernização conservadora, a reestruturação na forma de produzir do campo caracterizou-se pela combinação de opostos. De um lado técnicas modernas de cultivo e tecnologias agrárias avançadas do outro; a manutenção de relações exploratórias da mão de obra, com situações de

trabalho análogo à escravidão, deixando marcas nos modos de vida e relações sociais camponesas. Seus desdobramentos foram: monoculturas mecanizadas, ampliação das áreas de desmatamento, políticas de desenvolvimento rural focadas no latifúndio abafando as possibilidades de reforma agrária, desregulamentação de mecanismos de fiscalização e de leis trabalhistas, precarização das condições de trabalho, liberação de agrotóxicos e deslocamentos forçados. Estas transformações estabeleceram um elo entre elites nacionais, Estado brasileiro e capital internacional.

Já o segundo cenário exposto por Frederico (2013), pontua que em 1990 uma série de mudanças entraram em curso no país. Os complexos agroindustriais não continuavam a atender práticas de valorização de capitais, pois davam margem a uma acumulação ampliada. Assim a neoliberalização do país se delineou; com o protagonismo do Estado na política econômica retraído, o mercado passou a ser regulado por pressões internacionais do capital financeiro. Ainda ocorreu a implantação e incremento de novas tecnologias superando a Revolução Verde. A biotecnologia e a engenharia genética organizaram bancos de dados compartilhados entre grandes empresas multinacionais. Em outras palavras, os complexos agroindustriais dão lugar à agricultura científica globalizada. A considerável concentração de capitais nas mãos de grandes corporações, fez com que os monopólios assumissem o controle, demandando um excesso de produtividade visando à continuidade e manutenção de crescimento e acumulação. Este é um processo que continua a se desdobrar, assumindo novos patamares e modificando permanentemente o cenário da agricultura mundial.

1.3. Estado-Corporação e Neoliberalismo

A globalização é o movimento de serviços, ideias, pessoas e finanças de uma nação a outra, que junto do capitalismo acabam por se tornar movimentos globais. Nos séculos XVII e XVIII seu crescimento foi impulsionado pelo comércio de tabaco, escravizados e açúcar. Já nos séculos XIX e XX, “as nações ocidentais extraíram dos recursos naturais e do trabalho de suas colônias na África, na Ásia e na América Latina a riqueza que permitiu sua contínua expansão” (FREUDENBERG, 2022, pg. 52).

Os extrativismos em países do Sul global continuam sendo a condição necessária para que existam países “desenvolvidos”. No que Boaventura de Sousa Santos (2010) denominou *pensamentos abissais* quando a realidade colonial continua tão presente agora quanto foi no período colonial, justamente pela continuidade da exploração territorial. O pensamento ocidental permanece dividindo o mundo em opostos, a legitimidade dos ricos se assenta na permanência de relações desiguais, das quais a outra parcela da população é submetida. Ou seja, “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2010, pg. 34).

A mineração e o extrativismo que imperam na América Latina são o motor do tão sonhado “progresso”, seus males e danos ambientais abrem espaço para que outras nações prosperem e deixem sua poluição a terceiros. De acordo com estudo realizado pelo Ministério da Saúde do Peru, com o fim de avaliar a qualidade do solo no entorno da fundição La Oroya e seus impactos nas pessoas ao redor, obteve resultados que demonstram que a “população infantil, 99,1% tem níveis de chumbo no sangue três vezes maiores que os limites indicados pela OMS” (ARÁOZ, 2020, pag. 231). O chumbo é um contaminante que persiste no solo, bem como afeta as possibilidades de desenvolvimento de neurônios, diminuindo o coeficiente intelectual de meninas e meninos. Mas a extração de minérios mesmo em governos progressistas continuou a ser fomentado, em uma busca incansável de se tornarem também um país “desenvolvido”, e este é apenas um dos casos que ilustram a problemática (ARÁOZ, 2020).

O modelo de agricultura implementado por métodos científicos, realizados durante a Revolução Verde, transformou o cultivo de alimentos em parte deste plano extrativista. Isso resultou em tecnificação e padronização dos processos de plantio, tornou os lugares e produtores dependentes do mercado e de fatores externos ao local onde produzem. A soberania de extensas regiões se submeteu a pressões do mercado internacional, deixando de lado os impactos socioambientais das monoculturas (NEVES; PIGNATI, 2021). A junção entre acumulação capitalista globalizada e processos produtivos não marcou somente um período de dependência das variações de mercado, mas tornou as decisões em relação aos territórios de plantio parte de acordos exteriores aos produtores. Essas passam a ser tomadas por investidores, que mantêm os processos de

cultivo altamente dependentes de insumos, tecnologias e maquinários. Multinacionais passaram a ditar o ritmo e a característica das plantações.

Esse processo desencadeou especulação financeira, expansão das áreas produtivas, demandas e conflitos por recursos naturais, incremento no uso de agrotóxicos, e agravos nas relações de trabalho e modos de vida da população ao entorno (NEVES; PIGNATI, 2021). A acumulação em poucas mãos cria burguesias enriquecidas que controlam as atividades agrícolas mesmo separadas do ato produtivo, tornando atrativo o investimento na cadeia de produção de grãos e carnes, bem como no ramo energético. Assim, em espaços que o Estado se ausentou, investidores, multinacionais e a iniciativa privada tomaram o espaço de atuação onde a regulamentação de políticas públicas poderia agir mitigando os impactos socioeconômicos.

Diversos autores pontuam a fusão entre Estado e corporações como fator determinante na escolha de como passaram a serem discutidas as políticas de enfrentamento aos problemas ambientais (MARQUES, 2018). As relações entre Estados nacionais e corporações, ao longo do século XX, aprofundaram-se e adquiriram características que apontam uma nova fase do Capitalismo de Estado. Em outras palavras, o que ocorreu ao longo do século XXI foi um aprofundamento destas relações, “uma verdadeira mudança na natureza do Estado, com a emergência do que se poderia chamar o Estado-Corporação, um novo modelo de simbiose” (MARQUES, 2018, p. 45).

Essa união colocou em xeque a capacidade de intervenção estatal em favor das demandas sociais pela salvaguarda dos recursos naturais, visto que o interesse das corporações recai sobre a exploração de matérias primas, sendo que na anterior ordem política o Estado se legitimava em sua capacidade de se pôr acima dos conflitos sociais. “Sua relativa autonomia financeira tornava-o mais apto a assumir responsabilidades ambientais e sociais, que não raro contrariavam os interesses imediatos das corporações” (MARQUES, 2018, p. 47).

Como colocado por Bobbio (2007) é necessário reduzir o conceito de “Estado ao de política e o conceito de política ao de poder” (BOBBIO, 2007, p. 78) para compreender a jurisdição destes sobre o social. As fronteiras de delimitação do campo político são finitas, “seu traçado conheceu muitas variações ao longo da história. Em nosso século, a evolução se fez no sentido

da extensão: pode-se dizer que também o universo político está em expansão” (RÉMOND, 2003, p 23).

Os agronegócios multinacionais “se tornaram e se mantiveram gigantescos ao traduzirem acumulação de capital em poder político, [...] se algo der errado – vazamento, desemprego, surto de doença, flutuações nos preços – um terceiro paga a conta [...]” (WALLACE, 2020, p.335-336) Assim, naturalizou-se este processo danoso e tornou-se regra a precarização da força humana “que trabalha e a sua degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente” (ANTUNES, 2000 p. 38).

“As condições dos corpos refletem, assim, as agressões aos territórios. A violência material se soma à violência simbólica de instituições públicas, organismos de saúde e de justiça” (ARÁOZ, 2020, pg. 43), que passaram a negar os novos transtornos que acometem a população periférica. O governo aliado ao setor empresarial desregulamenta, privatiza e retira os impostos sobre conglomerados multinacionais (DARDOT; LAVAL, 2016). A lógica materialista perpassou as concepções de governança empresarial e passou a delimitar as formas de gerir do Estado.

O termo *governança* une três dimensões atreladas ao poder dentro da sociedade neoliberal: condução do Estado, empresarial e de mundo. “Um estado não deve mais ser julgado por sua capacidade de assegurar sua soberania sobre um território, segundo a concepção ocidental clássica, mas pelo respeito que demonstra às normas jurídicas e às “boas práticas” econômicas de governança” (DARDOT; LAVAL, 2016, pg. 276). O neoliberalismo acirra os problemas ecológicos ao mesmo tempo em que mina as ações coletivas, pois instaura um sujeito desprovido de coletividade, preparando uma homogeneização nos modos de gerir, de pensar e de agir. O sujeito neoliberal se auto regula, é um empreendedor de si, tornando os processos de escolha e ação com base em concepções financeiras (SAFATLE *et al.*, 2021).

Como pontuado por Mouffe (2015), é preciso ir de encontro ao que se estabelece com a concepção neoliberal. Agir desmistificando a ideia de que o advento da sociedade moderna, nos moldes em que se encontram, deve ser aceito com passividade pelos que dela desfrutam. É preciso questionar a norma de que os indivíduos foram liberados de seus vínculos coletivos, e agora podem

desfrutar de diferentes estilos de vida, sem se preocuparem com o bem comum. A ideologia de que o “mundo livre” venceu “o comunismo e, com o enfraquecimento das identidades coletivas, hoje é possível viver em um mundo “sem inimigos”. Os conflitos sectários fazem parte do passado e o consenso pode ser alcançado por meio do diálogo” (MOUFFE, 2015, p. 1). Isto resultou no “cancelamento de todas as experiências históricas que, de algum modo, situam-se além dos limites impostos pelas ideologias liberais de livre mercado” (PORTELI, 2000, p. 67). Na construção de futuro desempenhada nessa nova etapa do capitalismo entrar no século XXI requer o apagamento de todas as experiências históricas passadas, e permanecer no presente contínuo de movimentos sociais adormecidos.

O sistema capitalista é pautado no crescimento econômico, que conseqüentemente gera exploração e extração de matérias primas, sem estabelecimento de limites (MARQUES, 2018). Enquanto conseguir manter sua hegemonia, será conivente com o apagamento de outros saberes. No entanto, diversos são os movimentos que agem desconstruindo as concepções neoliberais, como, por exemplo, os conceitos de: Bem Viver (ACOSTA, 2019) que aposta em saídas pautadas em alternativas decoloniais; o Pós-extrativismo (ACOSTA, 2018) que propõe outros modelos de sociedade que não sejam tão dependentes da extração de minérios poluentes; Decrescimento (GEORGESCU-ROEGEN, 2012), que elucida os limites biofísicos do crescimento econômico, e como este deve respeitar os limites naturais. As saídas estão sendo pensadas, resta então que se superem os entraves ideológicos, pois uma nova forma de sociedade também perpassa uma nova forma de agricultura.

1.4. Apontamentos sobre a agricultura familiar e ecológica

Durante as celebrações do Ano Internacional da Agricultura Familiar, organizadas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil é frequentemente citado como um modelo positivo na América Latina. Muitos estudos mencionados, sejam nacionais ou de

pesquisadores internacionais, baseiam-se em indicadores censitários médios para destacar as características dos agricultores familiares. (AQUINO, et al., 2018). Havia uma percepção de que o Brasil dava prioridade a essa modalidade de agricultura e que os agricultores formavam um grupo homogêneo e coeso. Além disso, a emergência da "classe média rural" foi vista como um marco, desafiando o padrão histórico de resistência à mudança no modelo agrícola (MDA/SAF/PRONAF, 2013; AQUINO, et al., 2018) No entanto, essa perspectiva, que se apoia em uma visão generalizada e no crescimento do consumo no setor, possui limitações analíticas. Ela não leva em conta as desigualdades inerentes à política agrícola brasileira ou as adversidades enfrentadas dentro da esfera da agricultura familiar.

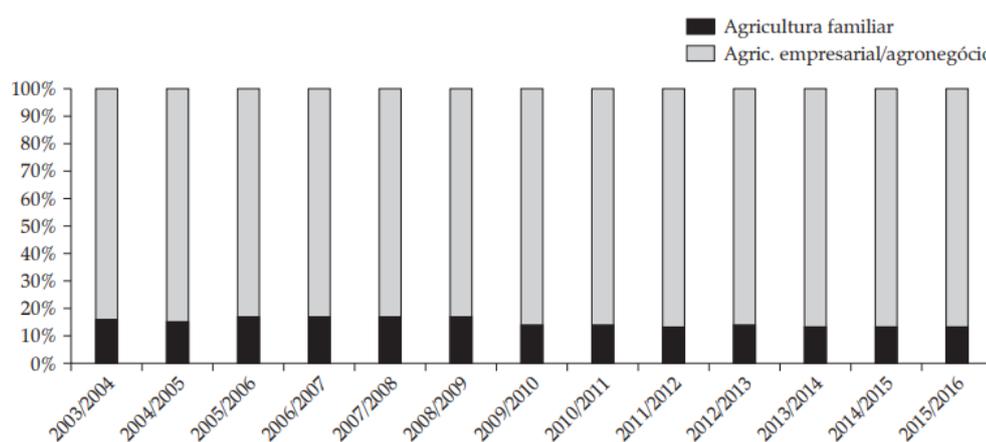
Conforme estabelecido na Lei Federal n. 11.326, datada de 24 de julho de 2006, no seu artigo 3º (BRASIL, 2006), três critérios principais definem o agricultor familiar: (i) a posse de uma área que não exceda quatro módulos fiscais; (ii) a predominância da mão de obra familiar nas tarefas econômicas; e (iii) a principal fonte de renda originada das atividades econômicas da propriedade. Neste contexto, o termo "agricultura familiar tradicional" refere-se aos agricultores que se encaixam nos padrões da Lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006, e que não estão associados à reforma agrária.

A agricultura familiar foi incluída no Censo Agropecuário a partir de 2006. Antes disso, estudos sobre o tema dependiam de solicitações especiais ao IBGE. Há diferenças nos levantamentos devido às alterações na legislação sobre agricultura familiar. O Censo Agropecuário de 2017, divulgado pelo IBGE em 2019, ressalta mudanças metodológicas em variáveis como estabelecimentos de área não contínua e utilização de terras. Uma novidade em 2017 foi o levantamento de informações sobre a cor ou raça dos produtores. Comparando 2006 e 2017, a análise dos dados só foi viável após recalculando os dados de 2006 usando o método de 2017. Em 2017, dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários e agricultores, 76,8% eram de agricultura familiar, ocupando 23% da área total agropecuária. Destes, 1,4% eram produtores sem área, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte.

Em 2017, 66,3% dos trabalhadores agropecuários eram da agricultura familiar, e 81% dos produtores eram proprietários. A maioria tinha mais de 55 anos, ao contrário da agricultura não familiar. Quanto à cor ou raça, havia

predominância de produtores pardos (45,8%), brancos (43,4%) e pretos (8,9%). Esses dados destacam a importância e as características do setor agropecuário vinculado à família (IBGE, 2017). Os dados levantados evidenciam que a agricultura familiar ocupa espaço central na paisagem rural brasileira, liderando em número a geração de empregos rurais e sendo responsável na produção da maior parte dos alimentos para consumo doméstico. No entanto, mesmo com sua relevância na segurança alimentar nacional sendo reafirmados pelos dados presentes no Censo, a esmagadora maioria das terras produtivas é de posse do agronegócio, que mantém o foco na exportação. E conseqüentemente recebe maior incentivo fiscal e estatal.

Figura 6 - Distribuição dos recursos programados do crédito rural por tipos de agricultura no Brasil – Safras 2003/2004 a 2015/2016 (em %)



Nota: Dados organizados a partir de Bianchini (2015).

Fonte: SAF/MDA e Mapa (Planos Safra da Agricultura Familiar e da Agricultura Empresarial, 2003/04 a 2015/16).

Neste contexto de reconhecimento da importância da agricultura familiar e suas nuances, o campo teórico e prático da agroecologia tornou-se cada vez mais relevante. Sua história perpassa a década de 1930, onde o termo agroecologia surgiu para definir o encontro entre agricultura e ecologia. No entanto somente na metade do século XX, após a estruturação do conceito de ecossistema e seu uso para estudar a agricultura de uma perspectiva ecológica, é que os estudos chamados de ecologia agrícola ganharam relevância no meio acadêmico (GLIESSMAN, 2005).

[...] por um lado a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (GLIESSMAN, 2005, p.56).

O movimento que busca uma agricultura sustentável reside na “produção de uma nova concepção de desenvolvimento econômico” (GRAZIANO DA SILVA, p. 65). Sendo assim, a priori do movimento deve ser a promoção de uma reflexão sobre a relação homem-natureza bem como os aspectos das relações sociais intrínsecas no processo. Isto cria espaço para a conscientização do conflito entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas.

[...] enquanto a sustentabilidade fornecia uma meta para focalizar a pesquisa agroecológica, a abordagem do sistema integral da agroecologia e o conhecimento do equilíbrio dinâmico proporcionavam uma base teórica e conceitual consistente para a sustentabilidade (GLIESSMAN, 2005, p. 56).

O meio ambiente surgiu com maior centralidade nos debates e questões da agricultura somente após as mudanças ocorridas na Revolução Verde, na década de 1970. Muito embora, dentro da história do pensamento brasileiro já ocorresse a preocupação com o preservacionismo (PÁDUA, 1987), até 1970 não seriam de cunho ecológico. Ou seja, não era colocada em questão justamente a relação sociedade-ambiente, ou o padrão industrial que criaram os instrumentos para transformar essa dinâmica.

Brandenburg (2002) apresentou em suas pesquisas que, mesmo antes da RV, o Brasil já construía a base necessária ao debate e construção de uma agricultura alternativa. As políticas públicas focadas em dar continuidade à modernização agrícola acabaram por promover o êxodo e marginalização de grande parcela dos pequenos agricultores familiares do país. Estes foram sendo apoiados por organizações não governamentais, que diante da situação, buscaram apoiar a criação de alternativas ao modelo implantado, como forma de manutenção do saber fazer destes indivíduos e comunidades. O movimento da agricultura alternativa se tornou conhecido em 1970 e ganhou força em 1976, com o lançamento do manifesto ecológico brasileiro (O Fim do Futuro?), por José Lutzenberger. Este incitou a comunidade de ecologistas e pesquisadores da

área que reconheciam a importância da criação de alternativas ao modelo tecnológico dentro das especificidades do território brasileiro.

Em 1970, o movimento foi marcado pela contestação à exclusão social que a modernização levou aos pequenos agricultores, bem como os danos ambientais causados aos diferentes ecossistemas. Na década seguinte, devido a relevância adquirida, ocorreu a realização dos três Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa. O primeiro, em 1981 em Curitiba (Paraná), o segundo em 1984 em Petrópolis (Rio de Janeiro), e o terceiro em 1987 em Cuiabá (Mato Grosso). No decorrer dos encontros, as ONGs ambientalistas passam por um período de fortalecimento; um dos principais fatores foi a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA). Esta, juntamente com a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica (Fase), direcionou seus esforços junto dos agricultores alternativos, e dessa parceria resultou também na criação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). A AS-PTA, foi responsável pela ampliação do movimento e a articulação de entidades organizadas em dez estados ao redor do país, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste (PINHEIRO, 2004). Em concomitância, no cenário global, em 1980 com o lançamento do Relatório Brudtland e a definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável, a emergência de políticas públicas que enfocavam medidas protetivas aos ecossistemas entrou em foco.

A agricultura familiar brasileira é fortemente vinculada à segurança nutricional e alimentar da população. Além de impulsionar os mercados locais, possibilita a obtenção do desenvolvimento rural sustentável. Pois age proporcionando às famílias de produtores a manutenção de uma íntima relação com o espaço de moradia e plantação.

No entanto, pesquisas apontam que o valor bruto da produção mensal de cada propriedade familiar do país é de 0,46 salário mínimo, colocando a maioria dos produtores dentro da zona de extrema pobreza (ALVES et al., 2016). Já no Nordeste, 72% dos agricultores não alcançam margem de lucro suficiente para sair da linha da pobreza (HELFAND et al., 2014). Conseqüentemente, os impactos na renda geram resultados na sustentabilidade das propriedades e saúde dos produtores. Visto que na maioria dos casos dentro da agricultura convencional estes são influenciados a adotar químicos no processo de plantio, buscando um aumento de produtividade e controle de doenças nos plantios.

Já o pequeno produtor ecológico depende da sanidade do ambiente de trabalho, prezando pelo sustento da família e conseqüentemente o bem estar dessa. Sendo assim o cenário nacional demonstra um mosaico quando se trata das diferentes formas que estes se inserem no mercado de alimentos.

Da perspectiva sociológica, estes agricultores reproduzem uma forma social característica de trabalho e produção, situando-se em um espaço geográfico delimitado, com atividades que implicam interação com outros grupos familiares e reaproveitamento dos recursos naturais. A gama de agricultores que interagem dentro desta dinâmica pode ser conectada por laços de parentesco, da sua ligação com a terra ou com os meios de produção (SCHNEIDER, 2016).

Além de mudanças em termos de técnicas e de práticas agrícolas, foi identificado que os grupos sociais e as comunidades envolvidas em experiências de agricultura de base ecológica são portadores de uma outra consciência social, se expressam na relação prática que estabelecem com os recursos ambientais e na adoção de um modo de vida peculiar, que é fruto da crítica social generalizada ao modelo baseado no monocultivo e no uso de agrotóxicos (ABREU et al., 2009, p. 152).

Em 2004 em estudo realizado por Camargo Filho et. al. foi apontado que os agricultores familiares somavam 90% dos produtores orgânicos do Brasil, tendo cerca de 70% da produção nacional. Já os agricultores empresariais somavam 10% dos produtores orgânicos. Em 2021 o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos cresceu aproximadamente 10% em comparação ao ano anterior. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Brasil somava mais de 25,4 mil produtores de alimentos livres de químicos. Estes, portanto, buscam;

[...] mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência (CAPORAL, et al, 2006, p. 176).

No que tange a alimentação, em janeiro de 2023 em relatório oficial lançado pela FAO, foi constatado que a América Latina e o Caribe possuem o maior custo para alimentação saudável do mundo. Com isso, 22,5% da

população ficou sem acesso a alimentos de qualidade, apontando um crescimento da insegurança alimentar da região, afetando principalmente mulheres e crianças de até 5 anos. No Brasil, o índice de pessoas subnutridas é de 4,1% da população, equivalente a 8,6 milhões de pessoas, houve também um crescimento de 1,6% de pessoas em situação de fome, atingindo assim 3,4 milhões de habitantes (FAO, 2023).

Os produtos mais expressivos dentro das exportações nacionais de ecológicos são: cacau (Bahia); óleo de dendê e frutas secas (São Paulo); soja, açúcar mascavo e erva-mate (Paraná); café (Minas Gerais e Espírito Santo); guaraná (Amazonas) e suco de laranja, castanha de caju (Ceará). Na produção da agricultura de base ecológica brasileira:

Trabalham mais de 15.000 produtores rurais (0,4% dos produtores rurais brasileiros), sendo 80% agricultores familiares e 20% patronais. A agricultura de base ecológica é estimada em 300 mil toneladas por ano. O comércio anual é de 250 milhões de dólares, sendo 30% comercializado no mercado interno e 70% no mercado externo (ABREU et al., 2009, p. 160).

Mesmo possuindo agricultura expressiva, e uma gama diversa de plantas alimentícias que podem ser cultivadas nos diversos climas e solos do território brasileiro, o problema da fome persiste. O pequeno agricultor desempenha papel fundamental na segurança alimentar de cada região onde produz, mas sozinho não solucionará este problema. É preciso entender as dinâmicas e atores envolvidos na manutenção das monoculturas agroexportadoras como foco na política do país. A nível de comparação, mesmo passando por esses problemas, a área plantada de feijão no Brasil é 35% inferior à de 1976. Por outro lado, a área plantada de soja cresceu em 460%, destes sua esmagadora maioria será destinada à exportação.

Vale pontuar, que mesmo sendo importante na construção de novas formas de produção e luta ambiental, o orgânico acaba abrindo brechas das quais o mercado capitalista pode valer-se.

De forma mais restrita, a emergência dos orgânicos pode ser vista como uma questão tecnológica, que estimula o processo de competição capitalista por meio de políticas de incentivo estatais e códigos de investimento éticos. [...] Por outro lado, de forma mais flexível, as racionalidades e formas de organização alternativas podem co-existir com as dinâmicas do capitalismo, inclusive com potencial de

restringir as relações capitalistas (CASTAÑEDA DE ARAUJO, 2010, p. 23).

Portanto, mesmo com a origem em comum, a agroecologia e a agricultura orgânica diferem em pontos importantes. O orgânico, vai se caracterizar como uma prática que rejeita os agroquímicos, mas busca atender as demandas crescentes de um mercado internacional de alimentos saudáveis (ASSIS; ROMEIRO, 2002). Esta categoria ganha relevância dentro da percepção da sociedade contemporânea que busca o sabor inalterado dos alimentos orgânicos.

Por outro lado, a agroecologia, junto da priorização da ausência de agrotóxicos soma-se o enfoque na centralidade da agricultura familiar, e na produção que valoriza a dimensão social, se pautando em movimentos sociais e políticos que buscam a sustentabilidade social e ambiental da produção de alimentos, no aumento da qualidade nutricional e de vida de quem consome e daqueles que produzem. No entanto, é perceptível que nacionalmente e em contexto global, o crescimento da circulação de orgânicos é maior.

Intitulada de “escalada orgânica” (CASTAÑEDA DE ARAUJO, 2010, p. 10) ocorreu mundialmente nas duas últimas décadas do século XX, principalmente pela busca de saudabilidade na alimentação, e crescente interesse pela nutrição. Mas mundialmente seria associada a reivindicações sociais, políticas e éticas apenas pontualmente em alguns locais. Isso cria um novo mercado, e apesar de surgir dentro de espaços com produção de pequena escala, acaba se expandindo e sendo incorporados em comércio de larga escala. Bem como no segmento supermercadista, principalmente no Norte global. Posto isso, percebe-se que o setor orgânico cresce aliado aos interesses de grandes mercados, deixando as questões antagônicas e reivindicações sociais e ambientais em prol da sua inserção e globalização (CASTAÑEDA DE ARAUJO, 2010).

Apesar dessa ampliação de consumo e produção, no Brasil o setor ainda se configura baixo dentro do mercado alimentício, somando 0,5% da área cultivável do país. Nacionalmente, prevalece a agricultura convencional, “assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização” (ALMEIDA, 2008, p. 7). Essas práticas continuam a ter

consequências negativas como “erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade” (ALTIERI, 2008, p. 19), além dos impactos na qualidade de vida dos produtores.

A agroecologia pontua a importância da separação da agricultura e da produção em grande escala. Priorizando a preservação da biodiversidade, bem como a justiça social, buscando direitos das populações tradicionais, distribuição de terras produtivas e qualidade do trabalho. Sem deixar de lado a importância de uma alimentação livre de agrotóxicos e transgênicos, a produção em escala local e a valorização da preservação das espécies nativas.

1.5. As feiras como espaço de inserção socioeconômica de pequenos produtores

Em 2009, de acordo com Freitas (2015), as feiras correspondiam por 10,39% do abastecimento metropolitano de frutas e por 23,72% do abastecimento de cidades pequenas, materializando-se assim, em espaço fundamental na manutenção da segurança alimentar das localidades onde se inserem. Além da sua importância dentro do fornecimento de alimentos, as feiras são fundamentais para os pequenos produtores: reduzem os custos de comercialização, possibilitam interação entre produtor e consumidor, possibilitam renda fixa aos produtores (ANJOS, GODOY, 2005). De acordo com estudos (MALUF, 1999; GODOY, 2005) consumidores que frequentam e mantêm relações comerciais com feirantes acreditam que os alimentos comprados diretamente com aqueles que o produzem, apresentam qualidade superior aos dos grandes varejos.

Logo, a proximidade entre compradores e vendedores, que são possibilitadas pelo espaço da feira, influenciam na valorização da soberania alimentar, e extrapolam a definição de negócio, ao tornar o espaço de comércio em espaço de sociabilidade (SERVILHA, 2008; CASSOL, 2013). Sendo assim, as feiras são compreendidas como espaços de hábitos, com canais de comércio marcados pela informalidade dos negócios e por relações sociais costumeiras, gerando uma economia de proximidade (FORMAN, 2009). De acordo com Garcia (1992) as feiras podem ser classificadas como “feirinhas” ou “feiras livres” (quando realizadas por pequenos agricultores), e também como “feirões” (no

caso de atacadistas que comercializam em grandes centros urbanos). Estas ainda podem ser “convencionais”, quando ocorre a venda de alimentos produzidos com uso de agrotóxicos, ou “agroecológicas” e “orgânicas”, que abarcam alimentos produzidos sem o aditivo de químicos e seguindo normas ambientais determinadas (ANJOS, GODOY, 2005).

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) em pesquisa realizada em 3.726 feiras brasileiras, determinou que 5,64% destas são agroecológicas e 36,37% convencionais, mas contando com produtores agroecológicos. Apesar de semelhantes, os feirantes possuem ocupações e singularidade nos produtos e nas rendas, logo, a literatura os atribui denominações específicas. Os feirantes tradicionais comumente comercializam os mesmos alimentos e são divididos em duas classificações: produtores (aqueles que produzem o que vendem) e os mercadores (compram e revendem os produtos de acordo com a demanda) (VALENÇA, 2016). Já nas feiras agroecológicas predomina o feirante que produz aquilo que vende.

A obtenção de renda através das feiras livres é fundamental no sustento dos camponeses. De acordo com Cassol (2013) para 48% das famílias que entrevistou a comercialização na feira era a principal fonte de renda, se torna assim “essencial para a manutenção das famílias no meio rural e na atividade agrícola” (CASSOL, 2013, p. 124). Já Godoy (2005), observou que no caso das feiras do Sul do Brasil, permitem que o produtor mantenha uma renda monetária satisfatória mesmo com baixo estoque de produtos e tendo de arcar com custo de transporte. Em alguns casos, a importância e influência da renda obtida nas feiras vai além do simples sustento e se torna fundamental nas economias locais.

Estes ganhos se inserem em circuitos inferiores da economia, beneficiando outros comerciantes presentes neste meio, além de impactar a economia da área rural (PORTO, 2005). Neste tipo de comercialização, a agricultura familiar se posiciona fortemente nos circuitos de produção regionais, integrando cooperativas, associações familiares e produtores. Além disso, reduzem custos, aumentam as receitas e favorecem a oferta local, realizando “localmente o trabalho de venda, concorrendo assim para a manutenção dos empregos no território” (FRANÇOIS, 2000, p. 13).

As feiras livres se constituem como espaços proveitosos para a criação de programas que fomentem a agricultura familiar, tendo em vista a integração entre abastecimento, produção e economias locais. Visto que estes produtores nem sempre conseguem bons resultados quando comercializam em grandes mercados, por conta da intermediação e os custos elevados para atender os padrões de mercado (RIBEIRO, 2007).

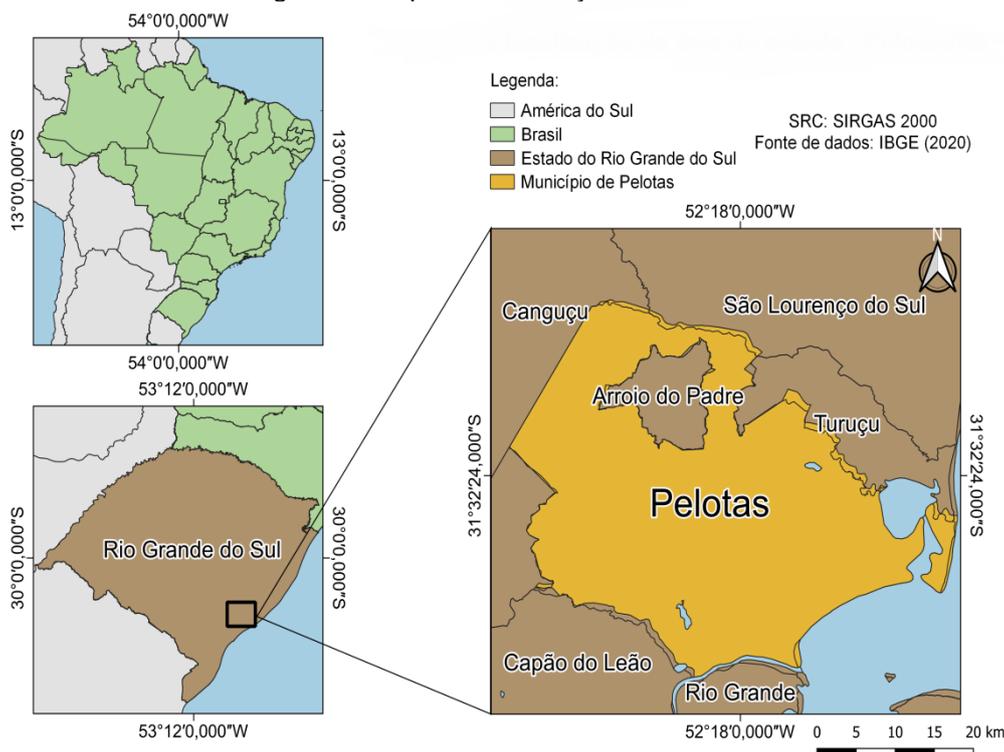
Ademais, pode-se observar empiricamente formas inovadoras de produção e de relação produtor-consumidor, até sistemas simplificados de substituição simples de insumos e vendas para distribuidores intermediários de importantes organizações econômicas de abastecimento urbano (ABREU et al., 2009, p. 152).

Logo, com a criação e implementação de programas públicos o apoio ao pequeno agricultor pode ser ainda mais expressivo, estes, devem focar na facilitação dos locais de transporte e venda. O investimento em infraestruturas adequadas e expansão dos locais de feiras age contribuindo na qualidade do abastecimento urbano, gera vantagens no acesso da produção familiar aos mercados, e têm impacto nos custos e renda adquirida pelo agricultor.

1.6. Agroecologia na cidade de Pelotas

Nas décadas de 1970 e 1980, acompanhando o movimento da Revolução Verde no estado, parcela dos produtores rurais de Pelotas absorveram as tecnologias e métodos difundidos. Foi principalmente a indústria do pêssego e a posteriori a fumageira, que difundiram pela região os modos de cultivo pautados na Revolução Verde. Costa (2006), utilizando dados da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pelotas (1986), pontua que na década de 1970 e começo dos anos 1980, a indústria do pêssego em conserva era desempenhada por aproximadamente cinco mil famílias pelotenses, época que a produção estava em seu auge. Em 1980, as fábricas em funcionamento correspondiam por 90% da produção do país.

Figura 5 - Mapa da localização de Pelotas.



Fonte: Autoria própria.

Ainda na década de 1980, a indústria do pêssigo começa a enfrentar alguns problemas, pois dentre diversos fatores, incluindo o baixo poder aquisitivo da população, que se apresentam como um entrave, ocorre ainda uma “pequena diversificação da produção e um deficiente relacionamento com o setor primário” (BEGNIS; ZERBIELLI, 2004, p. 123). Assim, com a decadência da indústria de conservas, a produção de fumo, que já vinha ganhando espaço, “com amplo investimento das indústrias tabagistas ampliou-se vertiginosamente, especialmente nos municípios com maior índice de pequenas propriedades” (COSTA, 2006, p. 20).

Dessa forma, os pequenos produtores que estavam em busca de uma saída diante da decadência do ramo das conservas, além de novas e rentáveis estratégias de cultivo, adere a produção de fumo e passam a integrar o setor. De acordo com Garcia e Santos (2005) a década de 1980 também foi marcada pela diminuição do crescimento econômico da agricultura pelotense. Visto que a abertura do mercado nacional na década de 1990 vai expandir a chegada de produtos estrangeiros importados, que acabam tirando espaço do escoamento da produção local, levando várias agroindústrias à falência.

De acordo com Garcia e Santos (2005, p. 245);

[...] Somente a partir de 1995 a agricultura de Pelotas começou a sua recuperação. A negociação de novas tarifas aduaneiras leva ao retorno de algumas agroindústrias, o que permite uma nova expansão da fruticultura (pêssego principalmente). Há também uma retomada da produção de olerícolas (tomate, pimentão, berinjela) e frutas para a mesa. Da mesma forma permanecem em expansão as produções de leite e aves.

Em concomitância com o exposto acima, percebe-se que o espaço rural pelotense passou por transformações de acordo com as necessidades e interesses produtivos dos pequenos produtores. A diversificação das produções tornou o meio rural campo híbrido e complexo, tendo inúmeras estratégias produtivas na geração da renda local. Sendo assim em 1980 agentes e movimentos ligados a igrejas, associações e organizações não governamentais através do interesse na diversificação da base produtiva da região, fazem despontar as primeiras iniciativas agroecológicas em Pelotas.

Diante disso, com o desenrolar das atividades e com a criação de uma associação voltada para a organização da produção e distribuição dos produtos, a agroecologia foi se firmando enquanto alternativa viável na inserção de pequenos produtores no mercado.

A agroecologia busca promover transformações que extrapolam o aspecto produtivo. A meta é alterar as formas de comercialização da produção, não destinando-a apenas a um nicho de mercado, gerar renda e a permanência do agricultor no campo. A agroecologia busca, ainda, valorizar o modo de vida do agricultor, a cultura e o conhecimento acumulado ao longo das gerações. Ela valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2005, p. 54).

Destaca-se o papel das iniciativas de organizações como a Igreja de Confissão Luterana no Brasil, a Pastoral Rural ligada a Igreja Católica, e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Aliadas a estas, organizações não governamentais também agiram fomentando a difusão da agroecologia e articulando a formação de grupos de capacitação voltados para os agricultores do município.

Na cidade de Pelotas, no ano de 2023 encontram-se em funcionamento aproximadamente oito feiras, número que tende a crescer com a inauguração de novos pontos. A Associação ARPA-SUL tem grande influência na história do movimento agroecológico da cidade, visto que foi responsável pela primeira feira

ecológica da cidade, na Avenida Dom Joaquim, ponto que é mantido desde 1995 até os dias atuais. Possuindo cerca de 30 famílias associadas, que são divididas em sete grupos. Estes grupos estão localizados entre, Morro Redondo, Turuçu, Pelotas, Canguçu e Arroio do Padre. O escoamento da produção dos associados tem como ponto as feiras livres que ocorrem na cidade de Canguçu e Pelotas.

Outra importante organização, é a Cooperativa Sul Ecológica, que atua junto da produção de base agroecológica e carrega o número mais expressivo de agricultores cooperados da região. Sua fundação ocorreu em 2001, e conta com 43 associados que mantêm produção na cidade, dentre estes há um número significativo de assentados da reforma agrária e quilombolas (TAVARES, 2021). A cooperativa trabalha fomentando a produção ecológica, por meio do incentivo a produção e comercialização através da institucionalização destas. Nas feiras livres organiza espaços para que a produção seja escoada e atua criando meios para que ela também chegue até os mercados da cidade. O CAPA atua prestando assistência técnica, mas a cooperativa mantém junto dela um agrônomo focado em seus associados.

Além destas, a Rede Bem da Terra, que enfoca os modelos da economia solidária, mantém suas atividades desde 2014. E no ano de 2020, momento em que as atividades passam a ser remotas devido a pandemia de COVID-19¹⁶, a feira foi modelo dentro da modalidade virtual mantendo a Feira Virtual Bem da Terra. Além destas, de acordo com o estudo realizado por Tavares (2021, p. 41.), em 2021 foram inauguradas na cidade diversas feiras livres;

Feira Grupo Ecológico Terra Limpa (Rua Guilherme Wetzel, esquina com Avenida Fernando Osório), a Feira Grupo Serra dos Tapes (Avenida República do Líbano, esquina com Rua Júlia Lopes de Almeida), a Feira Bem da Terra no Parque Una (Rua Dois), a banca da Feira Bem da Terra na feira convencional do Parque Dom Antônio Zattera, a Feira Ecológica Viva Bem Quartier (Rua Albino Brod) e a Feira Quilombola Akotirene (Praça Coronel Pedro Osório, ao lado da Bibliotheca Pública Pelotense).

A cidade de Pelotas, com sua gama de produtores e variedade de espaços destinados às feiras, constitui um espaço frutífero para o fomento a

¹⁶ A pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, iniciou em dezembro de 2019 e rapidamente se espalhou pelo mundo. Levando governos a adotarem medidas de segurança, isolamento social e fechamento de todos os estabelecimentos comerciais.

inserção dos pequenos produtores no âmbito econômico do município. Em uma sociedade centrada na economia de mercado e consumo rápido e padronizado, a tendência de inserção do alimento orgânico produzido em sistemas agroecológicos, serem incorporados a essa lógica é cada vez mais próxima. Estes passaram a ocupar um mercado de nicho, sendo em geral consumido por uma restrita classe média com poder aquisitivo mais significativo. Esse processo pode ser denominado de “mercantilização da ecologia” (WUERGES; SIMON, 2007). Esta é uma tendência internacional que acaba colocando os supermercados como meio dominante de escoamento da produção de orgânicos, mesmo que os conflitos existentes entre produtores e fornecedores sejam prejudiciais à segurança financeira dos agricultores.

Sendo assim, produtores ou empresários rurais do setor de frutas, legumes e verduras orgânicas que já contavam com vantagens econômicas, acabam por se fortalecer ainda mais, visto que entram no ramo devido ao seu crescimento, deixando, em muitas ocasiões, produtores menos capitalizados em condições de comercialização desvantajosas. A Lei 10.831/03, que versa sobre a agricultura orgânica e suas definições, entende como sistema orgânico de produção todos aqueles que adotarem técnicas de otimização do uso de recursos socioeconômicos e naturais. Porém as redes varejistas possuem a liberdade para impor algumas exigências no que tange qualidade, quantidade e regularidade de oferta. Dentre estas estão: repositores de estoque, embalagens que diferenciam o produto dos demais, venda consignada, etc. Devido a estas exigências e o enfoque em atingir o nicho que o mercado cria, o valor que chega aos consumidores é exacerbado.

Dentro do exemplo de mercantilização da ecologia, a produção acaba se concentrando em grandes produtores, inseridos no meio empresarial, uma vez que os pequenos produtores encontram dificuldades em se enquadrar nas exigências dos varejistas. Já as especificidades da produção agroecológica (sazonalidade, variedades locais, etc.) caem no esquecimento devido às exigências das redes de varejo. Como consequência, ocorre o apagamento da diversidade cultural da agricultura familiar e dos conhecimentos locais. Logo, o fomento a autonomia na comercialização direta aos consumidores, age fomentando a permanência das características e alimentos locais, estimulando

mudanças no sistema produtivo, e atraindo mais produtores convencionais a forma orgânica de produção.

Portanto, a criação de feiras livres agroecológicas dentro de espaços de densidade demográfica elevada, cria condições para que ocorra a distribuição da produção sem a necessidade de intermediários. Aumentando a qualidade de trabalho do pequeno produtor, que vai encontrar formas de comércio vantajosas. De acordo com Martinez (2006, p. 109) dentre os motivos que levam o consumidor a optar pela compra nos espaços da feira, estão a qualidade (sem veneno), o preço menos elevado que em comparação ao varejo, e a possibilidade de conversa com quem produz.

Assim, na medida em que dominam aspectos ecológicos, orientados “por uma visão holística e por alguns princípios como a complexidade e a incerteza, a tendência é de ocorrer a ecologização do mercado e dos aspectos sociais e tecnológicos dos sistemas produtivos” (WUERGES; SIMON, 2007, p. 570). Assim, a aproximação entre consumidores e produtores se faz presente, dentro de circuitos curtos de comercialização, fomentando e impactando positivamente os sistemas produtivos agrícolas. Iniciando um processo que vai de encontro a preservação da biodiversidade, aumento da autonomia nas decisões de cultivo, melhoria nas complexidades do ambiente da propriedade rural, além da geração de empregos.

Vale enfatizar que isso só se torna possível por meio de políticas públicas, agentes governamentais e institucionalização de alguns processos de comércio, visando primeiramente a economia e o desenvolvimento local. Também que sejam direcionados pelas bases da agroecologia, priorizando os recursos humanos e seu bem estar acima dos circuitos de mercado, reconhecendo que a autonomia financeira é necessária, e que os espaços de escoamento são fundamentais. Mas não devem se submeter às lógicas da economia de mercado e da sociedade de consumo.

Dentro desta proposta, é imprescindível a criação de feiras livres agroecológicas como enfrentamento à rede varejista, além de ser um atrativo para a popularização do consumo. Bem como servir de prova concreta de possibilidade para aqueles que almejam deixar de produzir de forma convencional, mas não encontram certeza nos espaços de comércio alternativo. Por fim, os relatos apresentados a seguir no presente trabalho demonstram a

importância da proliferação de espaços destinados ao comércio direto com os consumidores. E colocam a experiência da cidade dentro de um cenário positivo no entendimento de que as feiras livres são fundamentais dentro das vivências culturais da cidade de Pelotas.

2. Agroecologia e História Oral: diálogos possíveis

O processo de transição agroecológica é algo contínuo e gradual, baseado nos conhecimentos que são adquiridos durante o manejo da propriedade. É, sobretudo, na comunicação entre estudos científicos e saberes dos produtores que repousa as possibilidades da agroecologia (COTRIM; DAL SOGLIO, 2016). Logo, este campo não se caracteriza como uma teoria acabada, que tem sua fórmula metodológica consolidada, ela é constantemente expandida

através da validação das técnicas e conhecimentos que vão sendo adquiridos pelos agricultores. Portanto, sua abrangência se coloca no incentivo a expansão das experiências, dos saberes acumulados, da participação e aprendizado coletivo, buscando proporcionar transformações sociais que alcancem padrões sustentáveis de consumo e produção (CAPORAL, 2006). O fazer agroecológico implica em igualdade e diálogo.

A história oral como metodologia utilizada na elaboração da pesquisa, permite que alguns paralelos e apontamentos sejam traçados, pois esta corrobora com pontos fundamentais para a agroecologia. Um destes é o caráter compartilhado que busca por mudanças, como colocado por Meihy (2006, p. 195):

Transformação, portanto, passa a ser o objetivo da história oral. Não se fala, contudo de uma transformação em sentido plano, restrito, simples, meramente imediato. Toda a ação da história oral é transformadora. E isto em todos os níveis, desde a elaboração do projeto, escolha dos colaboradores, operação de entrevista, produção textual e eventual análise. Durante todas as fases de execução da história oral temos um compromisso com a transformação sem o que a história oral não tem razão de ser.

A oralidade proporciona aos historiadores “producir conocimientos y resultados de investigación significativos no sólo para el investigador y la comunidad académica, sino también para los intereses del grupo estudiado¹⁷” (CUSICANQUI, 2008, p.163). neste sentido, se busca nas entrevistas o espaço que constitui escuta atenta e respeitosa, pois “não há diálogo quando não há igualdade. Assim, para ter diálogo, precisamos continuar a lutar por igualdade” (PORTELLI, 2000, p. 70).

Neste capítulo serão apresentados algumas considerações sobre a construção da discussão central, pontuando a dialética entre agricultura moderna e processos coloniais. Logo, a história oral será apresentada como metodologia frutífera para as pesquisas, “es un ejercicio colectivo de desalienación, tanto para el investigador como para su interlocutor¹⁸”

¹⁷ “Produzir conhecimento e resultados de pesquisa significativos não só para o pesquisador e para a comunidade acadêmica, mas também para os interesses do grupo estudado.” Tradução livre da autora.

¹⁸ “é um exercício coletivo de desalienação, tanto para o pesquisador quanto para seu interlocutor.” Tradução livre da autora.

(CUSICANQUI, 2011, p. 171). Assim, se tornam fundamentais os estudos de saberes e práticas populares, apontando as formas como a Revolução Verde suprime as diversas agriculturas praticadas no Sul global.

Alguns conceitos serão elencados como fundamentais, para compor o trabalho. A título de avaliação de seus usos, a seguir apresento argumentos principais para a análise das fontes. São eles: *Epistemicídio* (SANTOS, 1998), enquanto a supressão de outras possibilidades epistemológicas; *Necropolítica* (MBEMBE, 2016) que pensa além do conceito de biopoder desenvolvido por Foucault (1979) introduzindo as práticas de subjugar os indivíduos e, por fim, o conceito de *Colonialidade* (QUIJANO, 2015), que propõe alternativa a partir da conceituação do que permanece do sistema colonial.

2.1. Capitalismo, colonialismo e supressão de alternativas epistemológicas

Realizar uma crítica epistemológica, exige que se atente a algumas questões; fontes de estudo, quem o publica e em quais teorias se fundamentam. Em outras palavras o que perpassa a análise das pesquisas é também o contexto daquele que produz o conhecimento. Não há epistemologias neutras, que se retirem do seu espaço de concepção e reprodução, todas se relacionam diretamente com o contexto social (JAPIASSU, 1975). No processo de legitimação desta produção, ocorre uma supressão de outras epistemologias possíveis, justamente por ser inerente a dispersão da nova episteme, dentro da sociedade ocidental.

O conceito de epistemicídio surge desta dualidade da criação e consolidação de conhecimentos. Esta noção foi explicitada por Santos (1998):

El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para 'justificar' el genocidio

del que fueron víctimas los indígenas¹⁹ (Santos 1998, p. 208).

As epistemes se ligam a instituições sociais, culturais e políticas de um povo. Podem surgir através de práticas, oralidades, memórias ou estudos, no entanto, quanto menos possibilidades de registro apresentarem, maior a facilidade de se tornarem subjugadas à violência simbólica que o colonialismo trás junto de si. A construção de uma identidade coletiva é relacional com outras identidades, esta se consolida na medida em que se constitui um 'sujeito outro'. A concepção de colonização sintetizada por Alfredo Bosi também enfatiza seu caráter relacional:

[...] um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim aos seus desejos e esperanças. (Bosi 1992, p.377).

Assim, os ritos que dão sentido às práticas sociais e que são norteadores da identidade do grupo são a razão de ser da condição colonial. É com base nesta relação que Bosi (1992) pontua que o processo de colonização não termina com a declaração de independência política, pois seus costumes são colocados como universais.

Debates que giram em torno da noção de decolonialismo, buscam abordar a temática pensando formas pós-coloniais, justamente elencando a problemática de países que se declararam independentes, mas suas práticas culturais e simbólicas continuam a reproduzir traços colonialistas.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano e o filósofo argentino Walter Dignolo analisam esta permanência e pontuam suas teorias no entendimento descolonial, buscando aprofundar a análise desta herança cultural dentro das relações de poder latino americanas. "A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o

¹⁹ "O epistemicídio é o processo político-cultural pelo qual o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados é morto ou destruído, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio tem sido frequentemente associado ao epistemicídio. Por exemplo, na expansão europeia o epistemicídio (destruição do conhecimento indígena) foi necessário para 'justificar' o genocídio de que os indígenas foram vítimas." Tradução livre da autora.

Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos tem sido uma dimensão constituinte, embora minimizada” (MIGNOLO 2017, p. 2).

Quijano (1991) pontua que a constituição da modernidade se dá através do advento histórico da colonização. Esta se desenrolou através de uma narrativa que domina o espaço (por meio da extração de riquezas e da hostilidade) e a temporalidade (o tempo se apresenta pautado em narrativas históricas europeias). O domínio do espaço expandiu fronteiras, proporcionou revoluções e incrementos nas pesquisas científicas, por consequência obteve-se domínio sobre a natureza, tanto para a colônia quanto na metrópole. O controle do tempo posicionou a Europa como central, visto que as concepções de Idade Média e Antiga norteiam a história, colocando seus feitos como necessários ao alcance da modernidade.

Quijano (2009) apresenta uma perspectiva de que o eurocentrismo se consolidou pelo domínio do capitalismo moderno, mas também através dos pesquisadores que estão submersos nesta hegemonia. Já a reprodução desta hegemonia se dá por meio da naturalização da experiência ocidental como experiência geral, tornando-a inquestionável. O processo de predomínio de um pensamento se impulsiona através da globalização, imigrantes internalizam modos de pensar ocidentalizados, mesmo que permaneçam em seus territórios. Alimentos, estéticas e formas de produção também se adequam a ideologia dominante. As correntes filosóficas, científicas e os paradigmas se solidificam na dominação geopolítica imposta por este processo. A modernidade neoliberal é projetada na forma mais acabada de dominação simbólica, adequando as reproduções das consequências de fenômenos sociais do projeto de modernidade. Como colocado por Maldonado-Torres:

O que o conceito de modernidade faz é esconder, de forma engenhosa, a importância que a espacialidade tem para a produção deste discurso. É por isso que, na maioria das vezes, aqueles que adotam o discurso da modernidade tendem a adotar uma perspectiva universalista que elimina a importância da localização geopolítica. Para muitos, a fuga ao legado da colonização e da dependência é facultada pela modernidade, como se a modernidade enquanto tal não tivesse estado intrinsecamente associada à experiência colonial (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 351).

A geopolítica influencia diretamente nas epistemes e concepções científicas de um país. A inter-relação entre origem de pensamento e nacionalidade é a base da crítica de Santos (2009), responsável por apontar que o conhecimento a guisa de desaparecer é justamente aquele que não se encaixa nos moldes do pensamento vigente, aquele que não compõe as universidades, que não é considerado legítimo. O autor salienta a importância da institucionalidade da produção da ciência. Pois é através de instituições que preservem sua origem, história e função e continuem atreladas a localidades distintas, que a crítica epistemológica descolonial florescerá. No conceito de ecologia dos saberes (SANTOS, 2010), o autor apresenta alternativas e respostas para a marginalização de outros saberes e poderes, através de um diálogo horizontal dentro da historicidade de cada localidade. Assim, as epistemologias se orientam de acordo com a história e memória em nível micro e não hegemônico:

O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias. Nós, estudiosos e pensadores descoloniais, podemos contribuir não ao relatar para os estudiosos, intelectuais e líderes indígenas qual é o problema, porque eles o conhecem melhor que nós, mas ao agir no domínio hegemônico da academia, onde a ideia de natureza como algo fora dos seres humanos foi consolidada e persiste. Descolonizar o conhecimento consiste exatamente nesse tipo de pesquisa. O próximo passo seria construir opções descoloniais nas ruínas do conhecimento imperial (MIGNOLO, 2017, p. 9).

Ao falar de agroecologia é importante a localizar dentro deste importante campo dos estudos pós-coloniais, pois esta se orienta fundamentalmente através da experimentação e prática em cada localidade. Instaura uma nova relação humano-ambiente, e respeita os limites ecológicos de cada cultura, guiando a produção de acordo com as capacidades de cada bioma, pois reconhece que a distribuição do fazer científico, dentro do atual sistema, se orienta através de hipóteses e resultados coloniais:

Para além do facto de tal distribuição ser impossível nas condições do capitalismo e colonialismo, o conhecimento científico tem limites intrínsecos em relação ao tipo de intervenção que promove no mundo real. Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas [...] e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos. (SANTOS, 2010, p. 48).

Logo, abordar as falas dos entrevistados no presente trabalho se materializa como uma contribuição importante aos estudos que buscam romper com a manutenção esta hegemonia.

2.2. Percorso metodológico e relato das entrevistas realizadas

No presente tópico serão apresentadas algumas questões que puderam ser observadas durante a realização das entrevistas. O trabalho conta com seis entrevistas, três de feirantes e três de profissionais que atuam em movimentos e organizações ligadas a agroecologia. Os feirantes Edmilson Gil Oliveira, residente em Pelotas, de 42 anos; Danielle Bonow, também residente em Pelotas, de 23 anos e Mari Luzia Geisel, de 59 anos, residente de Pelotas; o coordenador técnico/programático do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Fábio André Mayer, de 51 anos; o vereador pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na cidade de Pelotas Jurandir Buchweitz e Silva, de 38 anos e Cristine Jaques Ribeiro, de 48 anos, que é integrante da Coordenação do Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar²⁰ no município de Pelotas e professora na Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

A elaboração dos roteiros seguiu especificidades de acordo com as questões que se pretendia alcançar nas entrevistas. Sendo assim, os roteiros direcionados aos entrevistados que não são produtores possuem questões específicas e diferentes entre si (ver Anexo).

²⁰ O Fórum atua em âmbito nacional e regional, tendo articulações voltadas para a manutenção da segurança alimentar e nutricional, instituindo políticas públicas que garantam o direito a alimentação de qualidade.

Durante o contato com produtores interessados em participar da pesquisa, alguns contratempos dificultaram os encontros. Como já mencionado, meus problemas de saúde tornaram os encontros complicados, devido a constantes mal estares. Além disto, a seca que assolou a região, bem como as contaminações por agrotóxico ocorridas no ano de 2021 e 2022 tornaram um pouco complexa a construção de narrativas e coleta de relatos²¹. A questão da deriva química foi recorrente nas entrevistas que serão elencadas a seguir.

Nas entrevistas realizadas, a ênfase na grande demanda de trabalho verificada entre os agricultores agroecológicos se evidenciou. Por se constituir em uma agricultura que visa a utilização e manejo dos materiais que estão disponíveis na propriedade (sem o aditivo de adubos químicos que agem acelerando o crescimento), a demanda por cuidado acaba aumentando. E conseqüentemente o tempo de trabalho destinado a plantação e cultivo se torna demorado e delicado. Frisando esta demanda, Edmilson pontua que com a transição para a agroecologia o trabalho aumentou. Já Danielle, que concedeu a entrevista no lugar de seu pai, também enfatiza o aumento na quantidade de afazeres:

Meu pai é somente agricultura e nada mais, só vive em função disso 24 horas. Chove ele vai de madrugada tapar lonas e coisas assim, então ele vive só em função disso. [...] Hoje em dia muito do agricultor de não ter um trator ou uma máquina, vai ter que fazer tudo no braço e é muito penoso. E o pai fica meio comprometido, se vem uma chuva ele tem que correr lá tapar (cobrir as plantas). Aí no outro dia veio à chuva cresceu um monte de sujeira, agora tem que capinar a sujeira, é sempre uma função.

A sujeira mencionada por Danielle, se constitui no crescimento de ervas e pastagens que crescem junto as plantações, justamente pelo não uso de herbicidas que suprimem a proliferação da vegetação natural. Dentro da produção agroecológica, os canteiros onde são plantadas as frutas e verduras, não se separam desta vegetação. Estas podem agir em colaboração natural com a planta cultivada ou agir suprimindo as plantações, cabe ao agricultor o manuseio e a percepção de quando devem ser retiradas do canteiro. Esta é

²¹ Contaminação por agrotóxicos é pauta na câmara municipal: <https://www.diariopopular.com.br/opiniaofaixa-de-exclusao-de-agrotoxicos-e-insumos-de-lavouras-no-limite-rural-urbano-e-pontos-de-captacao-de-agua-169801/?route=faixa-de-exclusao-de-agrotoxicos-e-insumos-de-lavouras-e-pontos-de-captacao-de-agua-169801&>

mais uma das demandas que acabam aumentando a carga de trabalho encontrada por pequenos produtores agroecológicos.

Outro fator importante a mencionar, que por escolha da presente autora, optou-se por entrevistar também produtores que não possuem o selo de orgânico ou estão em vias de obtê-lo. Se entende aqui, que visualizar diferentes nichos de produtores é fundamental para entender a complexidade que se encontra neste meio. Muitos ainda praticam a agricultura que lhes foi passada através do saber fazer de sua família, através de gerações. São métodos de plantio atualizados no cotidiano de conversa com os demais produtores e que os tornam parte daquilo que seus pais praticavam. Um exemplo disso é a fala de Mari Luzia; sua mãe nunca deixou de produzir o alimento da família longe das transformações da agricultura convencional. Ela pontua que:

Na horta já que nunca usamos veneno, não tivemos nenhuma dificuldade de produzir. Mesmo que meus pais produzissem de forma convencional, nós nunca consumimos nada com veneno. Nunca deixamos de produzir sem (agrotóxicos). Então quando eu decidi ter a feira e vender sem veneno pra mim foi natural. E sempre que visitamos outra propriedade a gente ia se informando e carregando mudas.

Essa naturalidade pode ser elencada dentro da tradição que se constitui dentro de grupos culturais (BURKE, 2005). Os historiadores devem considerar a memória como um recurso histórico, avaliando as lembranças assim como fazem com documentos oficiais (BURKE, 2000). Mesmo as fontes pessoais, como os relatos de vida, podem ser submetidas a uma análise crítica se comparadas com informações de diferentes origens (POLLAK, 1992). Toda fonte histórica baseada em percepções humanas e culturais é carregada de subjetividade (THOMPSON, 1992).

O presente trabalho convida o leitor a refletir de que forma a institucionalização e inserção no mercado pode afetar aqueles que já desenvolvem o trabalho passado a gerações, mas não possuem nenhuma certificação. E demonstrar também a importância de que um acompanhamento assíduo por parte de órgãos e programas de extensão pode enfatizar que a agroecologia é muito mais do que apresentado em documentos oficiais, se levados em consideração aqueles que já produzem de forma tradicional dentro de grupos sociais marginalizados.

2.3. Produtores e produtoras

Danielle Bonow, de 23 anos, contou um pouco da sua trajetória e de seu pai Daniel. O contato com os dois ocorreu por meio da frequência nas feiras, e o convite para participar do trabalho aconteceu no momento da compra de suas hortaliças. Os dois atuam na feira que acontece aos sábados no parque Dom Antônio Zattera. A banca na qual comercializam seus produtos foi herdada de seu avô, e já tem 40 anos de história.

O meu pai reside em Pelotas, na Avenida 25 de Julho, que é quase na saída de Pelotas, ali perto da Barragem. E eu estou morando em Rio Grande, daí vou pra Pelotas e ajudo ele no fim de semana. E o meu pai, (...) eu tinha 7 anos, então acho que faz uns 16 anos que ele resolveu sair do emprego dele. Aí a gente se mudou para Pelotas quando ele saiu do emprego de eletrotécnica e ele resolveu trabalhar junto com meus tios e meu avô. O meu avô era agricultor e meus tios também. Aí na época os meus tios e o meu avô plantavam morango e fumo. (...) Eles trabalhavam juntos nas duas propriedades, só que com a questão dos fumos era bem ruim por que era bastante veneno e era bem tóxico, eles até passaram mal algumas vezes. Teve uma situação que o pai passou mal por colher o fumo de manhã cedo, que daí ele (o fumo) solta um tipo de leite que é bem tóxico. E teve uma situação também que pegou fogo numa estufa de fumo. Uma leva de fumo que era para ser uma colheita boa. Aí acabou contribuindo para ser um outro ponto negativo na questão do fumo. (...) Daí o pai plantava morango e tinha várias culturas, só que ele usava pesticida, ele se sentia mal assim quando ele aplicava, ele passava mal. Tinha muita sensibilidade, porque realmente por mais que ele se protegesse, ele usava máscara, luvas, respeitava certinho a carência e diluição, mas ele se sentia muito mal.

Por trabalhar dentro da indústria fumageira, o pai de Danielle era orientado a usar determinados agrotóxicos. As empresas alegam que se manuseados de forma correta não apresentam riscos a saúde. No relato acima, Danielle frisa que mesmo tomando todas as precauções e diluindo a dosagem correta, os mal estares eram frequentes.

Muitos agricultores são instruídos e participam de cursos voltados para o manejo correto de agrotóxicos. Estes espaços reafirmam que se manejados de forma correta os agrotóxicos não apresentam perigo. No entanto inúmeros casos de contaminação e doenças causadas pelo manuseio destes mostra o contrário²². A agricultora Lídia Maria Bandacheski do Prado, que move ação

²² Com doença degenerativa causada por agrotóxicos, ex-agricultora pode vencer processo contra multinacional. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/04/com-doenca->

contra a multinacional Alliance One (empresa fumageira) relata que: “A gente fazia tudo corretamente, usava tudo como eles falavam. E o chato mesmo era que eles não falavam dos riscos à saúde. Eles só passavam uma receita: ‘Passa tanto disso, passa tanto daquilo’. Em todo o tempo que trabalhei, nunca participei de nada em que eles dissessem que os agrotóxicos iam fazer mal” (Brasil de Fato, 2023).

A agricultura brasileira atualmente é monopolizada pelo capital internacional, sempre em que uma propriedade adquire insumos agrícolas, sejam eles agrotóxicos ou não, está destinando parte da sua renda aos monopólios de insumos. “A expressão monopólio, neste caso, aparece mais vívida do que nunca: Estados Unidos, Suíça e Alemanha, juntos, através de suas empresas, controlam 70% da venda de agrotóxicos no Brasil” (BOMBARDI, 2011, p. 2).

Esse processo que reproduz o sistema capitalista no campo, e deixa as relações de produção dependentes de produtos estrangeiros, é acompanhado por um grave problema de saúde pública. O aumento nos casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil vem crescendo consideravelmente. De 1999 a 2009, o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas do Ministério da Saúde notificou aproximadamente 62 mil casos de intoxicação por químicos de uso agrícola. São 5.600 casos por ano, equivalendo a uma média de 15,5 intoxicações diárias, uma a cada 90 minutos (BOMBARDI, 2011).

O agrotóxico é uma constante nos relatos de Danielle, que conta as preocupações e insatisfações de seu pai enquanto produzia de forma convencional.

E até por uma questão que a gente não ficava feliz de estar produzindo aquilo e ter todo esse envolvimento tóxico. Ele começou a ir diminuindo e buscando alternativas, foi um processo gradual, tentando aplicar cada vez menos. E aí ele chegou num ponto que resolveu que queria parar de usar agrotóxicos. (...) E aí foi todo um processo ele parou de usar pesticidas, parou de usar os adubos químicos, porque no fim também foi ficando cada vez mais caro estes adubos químicos. E ele foi buscando outras alternativas, daí ele que faz tudo, é tudo ele mesmo que planta, não tem trator nem nada. Ele faz tudo na enxada, tem um tipo de maquininha para revirar a terra

que tem um motorzinho pequeno, mas você tem que dirigir. Então ele faz a viragem da terra, mas primeiro tem que soltar com enxada.

O pai de Danielle não utiliza mais nenhum químico, nem mesmo na adubação. Todo o processo é feito através dos recursos naturais da propriedade. No entanto, não prosseguiram com a obtenção do selo. O motivo seguiu uma escolha de continuar na banca que herdaram da família, este já é um espaço onde suas relações estão enraizadas, e se encontra em uma feira livre que conta com produtores convencionais. Vindo de uma família que está inserida na agricultura há gerações, e tem na feira um local importante na história de suas vidas, conta que seus pais guardam lembranças de épocas em que a feira era abundante. Mas salienta que algumas transformações contribuíram no declínio do público que frequenta as feiras²³.

O pai e a mãe contam que quando eles eram jovens eles vinham visitar (a feira), eram bancas enormes cheias em produtos. Muita coisa, muito grande e barato, todo mundo comprava muito. E hoje em dia se tu for analisar, coisa de 20 anos atrás aumentou 1,00 real, não tem uma venda tão grande assim. Às vezes não tem saída, os produtos que a gente leva. A mãe conta que antigamente ela entrava na feira e aquelas bancas enormes com as batatas virando, e hoje em dia tu entra e vê uma meia dúzia de coisas. Claro, tem concorrência grande do supermercado, na época acho que não tinha tantos mercados tão grandes, que também exploram o pessoal. A gente vê aquelas promoções, uns negócios assim muito baratos que eles compram do pessoal da colônia. E a gente ouve falar, “a vendi o brócolis lá por 00,30 centavos a cabeça”, é um horror. A nossa feira ali rolou uma transmissão, de que não tem mais tanta gente que planta, às vezes os filhos herdaram e compram na CEASA²⁴ pra se sustentar. É muito complicado e muito triste. Às vezes a gente ouve falar do pessoal que vende para o Treichel²⁵ e Krolow²⁶ dá uma tristeza assim porque eles pagam muito pouco e aí a pessoa tá com um monte de coisa e não tem o que fazer, tem que vender para aquilo ali mesmo.

A transmissão a qual Danielle se refere ocorre através da passagem da banca dentre os membros da família. No seu caso, seu pai herdou o espaço, e através deste comercializa os produtos que cultiva. Mas em muitas situações o

²³ Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/inflacao-alta-espanta-consumidores-e-faz-feira-livre-encolher-28062022> Acesso em: 19, mai. 2022.

²⁴ Centrais Estaduais de Abastecimento, são empresas (privadas ou públicas) que distribuem e comercializam os hortifrutigranjeiros de cada região.

²⁵ Macro atacado da cidade de Pelotas.

²⁶ Macro atacado da cidade de Pelotas.

feirante que recebe o ponto, como forma de se manter no ramo, adquire os produtos na CEASA deixando de cultivar ele próprio suas mercadorias. As CEASAS são Centrais Estaduais de Abastecimento, que são empresas (privadas ou públicas) que distribuem e comercializam os hortifrutigranjeiros de cada região.

A voracidade da urbanização e da padronização dos consumos aparece com frequência dentre as preocupações da família. A propriedade em que residem abrigou diversas culturas, e foi fonte de renda durante mais de 50 anos. No entanto o cercamento de suas terras e o avanço da cidade ameaçam sua permanência.

(...) lembro que quando era pequena não tinha casas perto, foi um processo, agora tem uma vila do lado. Então pelo que o pai conta que quando ele era jovem essa propriedade ela era isolada, era uma zona praticamente Rural. Daí com o tempo foi urbanizado na volta, na frente tem um haras, e um vizinho mais ou menos a uns 500 ou 400 km que ele tinha pastagem de gado. E outro vizinho um pouco mais longe que ele planta também.

Este fato também é motivo que preocupa na obtenção do selo:

A gente fica muito chateado, porque a gente ouvia falar de pessoas que tinham conseguido selo, e por exemplo, estavam do lado de uma produção de soja. (...) E a gente, tudo bem tem a cidade alguns metros, mas não é algo que vai contaminar a produção. Mas às vezes as pessoas vão lá numa feira orgânica e tem o selo tudo direitinho, mas estão do lado de lavouras de soja super minadas de veneno e coisas que a gente ouve falar que matou abelha, matou as plantações. E a pessoa tem o selo de orgânico, isso desmotiva um pouco, mas a gente seguiu porque teve um bom retorno. E não tem subsídio, nem apoio nenhum. (...) Que não é nem pedir nada de graça, mas é só pedir uma facilitação que a gente não tem nada. A gente quer comprar um trator tem que pagar muitos juros porque tu não tem aquele dinheiro. E a galera da soja tem tudo facilitado. É meio uma questão cultural também, do nosso país difícil de mudar. Hoje em dia muito do agricultor de não ter um trator ou uma máquina, vai ter que fazer tudo no braço e é muito penoso.

A certificação de produtos orgânicos é o processo pelo qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) certifica, através do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) que o produto em questão obedece às práticas e normas da produção orgânica. A fiscalização de instituições credenciadas para realizarem o acompanhamento

dos produtores orgânicos é responsabilidade do Ministério da Agricultura. Na cidade os produtores entrevistados recebem o acompanhamento através do CAPA.

No Brasil, o produtor precisa participar do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, que pode ser obtido se se enquadrar em um dos três mecanismos de certificação, são eles: Certificação por Auditoria²⁷, Sistema Participativo de Garantia²⁸ e Controle Social na Venda Direta²⁹. Após a obtenção do selo ocorrem inspeções, que podem ocorrer de forma programada, mediante conhecimento do produtor ou de forma aleatória, ou seja, sem aviso prévio. O produtor então passa a ser responsável por manter registros precisos da propriedade, indicando qual a origem dos insumos utilizados, bem como o volume de aplicação destes. Essas informações devem estar sempre à disposição do inspetor, que irá elaborar um relatório a cada visita, que irá ser encaminhado ao Departamento Técnico ou ao Conselho de Certificação para que se realize análise e deliberação sobre o que foi observado pelo inspetor.

Os padrões para se produzir de maneira orgânica e agroecológica seguem as normas estabelecidas pelo Departamento Técnico de cada agência credenciadora. Estas promovem encontros e reuniões com veterinários, agrônomos e produtores, mantendo atualizadas as normas técnicas de produção de acordo com diversas áreas de conhecimento. A proximidade da propriedade a substâncias contaminantes e o uso de produtos específicos que não se enquadrem dentro dos insumos químicos são fatores determinantes na concessão do selo. Mas que podem variar de acordo com o tempo e as deliberações de profissionais das agências credenciadoras.

O crescimento da cidade, quando ocorre sem controle visando apenas a especulação imobiliária é assunto fundamental no que tange a proteção dos territórios de pequenos proprietários que não se encontram sindicalizados de

²⁷ O selo SisOrg é concedido por uma certificadora privada ou pública que deve estar credenciada no Ministério da Agricultura.

²⁸ Trata-se da responsabilidade coletiva dos membros que devem estar participando do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac), estes podem ser consumidores, produtores, técnicos entre outros.

²⁹ A legislação brasileira alterou a necessidade da certificação dos produtos orgânicos advindos da agricultura familiar. Em seu lugar é obrigatório o credenciamento em uma organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Dessa maneira os agricultores familiares agora fazem parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

nenhuma forma. E ainda pouco discutido dentro dos estudos de sociedade e crescimento populacional.

Quanto à deriva química mencionada por Danielle, no Rio Grande do Sul, o deputado estadual Adão Preto (Partido dos Trabalhadores) defende a proibição da prática em todo o território. O deputado propõe após produtores do MST serem afetados por intoxicações e contaminação das plantações na cidade de Nova Santa Rita (RS) durante o decorrer dos anos 2020 e 2021; pulverização foi realizada por produtores de arroz. O deputado apresentou então projeto junto a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que busca proibir o uso de aeronaves para este fim³⁰.

Sua problemática ambiental já foi exposta por diversos pesquisadores; “calcula-se que apenas [...] 25 a 50% dos agrotóxicos aplicados em pulverizações sejam depositados na superfície das plantas. Nas condições mais propícias, os métodos atuais desperdiçam de 50 a 75% dos produtos aplicados” (PASCHOAL, 2019, p. 94). Em artigo da presente autora apresentado no XVI Encontro de História da Associação Nacional da História (ANPUH) enfatizando os efeitos das pulverizações aéreas em propriedades vizinhas a monoculturas na cidade de Pelotas³¹, constatou-se que este é um problema recorrente. Muitos estados já constam com atuações impedindo ou criando áreas em que fica proibida a pulverização aérea.

É importante que estes casos sejam discutidos, mas cabe ressaltar que o uso de agrotóxicos como arma política visando a eliminação de produtores ecológicos é realidade para muitos assentados e quilombolas³². Sua inserção nas discussões acadêmicas deve acontecer sempre frisando a delicadeza de expor a contaminação de alimentos certificados, já que pode agir excluindo produtores dos seus espaços de comercialização.

³⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/26/agrotoxicos-deputado-protocola-projeto-que-proibe-pulverizacao-no-rs> Acesso em: 16, out. 2023.

³¹ Disponível em: https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/resources/anais/12/anpuh-rs-eeh2022/1653599202_ARQUIVO_ae5c0fe3374ca7cf9d25e2b4a395e7d9.pdf Acesso em: 12, out. 2023.

³² Disponível em: <https://mst.org.br/2023/10/05/uso-de-agrotoxico-causa-perda-de-forca-fisica-aponta-pesquisa-da-unioeste/> Acesso em: 12, out. 2023.

No caso de Danielle, por não ter conseguido obter o selo de orgânico, seu pai continuou a produção sem conseguir um ajuste nos preços para que o tempo de trabalho fosse compensado pelo valor.

Ele fala que ele tá bem contente, que ele consegue, tirar o valor que ele investiu e tem um bom retorno. Mas claro, eu observando de fora, fico pensando que as coisas que ele ficou três meses trabalhando para colher, vai tirar só o custo de investimento, mas não retira o tempo de trabalho. Ele acha que tá super bom, eu é que tenho uma crítica. Mas a gente compreende também que é uma questão de toda a população sofrendo com a inflação alta. E também se torna complicado da gente vender se a gente subir muito. Então assim, a gente tá feliz, acha que é um preço bem justo e ele consegue ter um bom retorno, apesar do que ele investe. Se as coisas subirem um real o pessoal reclama muito, eu vejo na feira o pessoal sempre tem um hábito de reclamar das coisas. Eu comecei a ir na feira quando tinha uns 12 anos, e na época o temperinho era 0,75 centavos. E agora 10 anos depois o temperinho é um real e o pessoal joga assim de volta na banca e diz “ah muito caro, até pequeno”. Aí é uma coisa que chateia a gente na feira.

Essa fala é fundamental, visto que por continuarem com os preços baixos, Danielle coloca que alcançam clientela e estabilidade, mas não são capazes de extrair das vendas o valor do tempo de trabalho. Acreditam que para o público que alcançaram, o valor cobrado é justo, sempre elencando o viés social.

Já Edmilson, participante do Bem da Terra³³, feira agroecológica que atua na cidade de Pelotas, mesmo comercializando seus produtos com a certificação de agroecológicos, compartilha das mesmas insatisfações que Danielle.

[...] nem sempre o consumidor quer pagar esse preço e ainda temos às vezes um produto um pouco mais “feio” que o convencional. E o consumidor quer o produto sem manchas e grandes, dificultando um pouco para nós.

O processo de construção de uma estética alimentar também constituiu um comportamento daqueles que consomem alimentos in-natura. A padronização de consumos e de produção tornou as mercadorias globalizadas e dependentes de um padrão estético esperado de cada cultivo. Sendo assim,

³³ De acordo com o site oficial da feira Bem da Terra: “A Rede Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário é uma rede de empreendimentos econômicos solidários criada em 2007. Seu objetivo é desenvolver a economia solidária na micro-região sul do Rio Grande do Sul, mediante a difusão dos princípios e práticas da autogestão, do comércio justo e do consumo solidário”. Disponível em: <https://www.facebook.com/associacaobemdaterra> Acesso em: 13, set. 2022.

acompanhado do incremento dos agrotóxicos e das monoculturas, cada alimento também seguiu uma busca pela estética que buscará agradar consumidores cada vez mais apegados a mercadorias que saltem visualmente aos olhos, deixando outros pontos de lado como, por exemplo, o sabor e a qualidade nutricional (BARBOSA, 2016). Como exposto por Danielle:

Eu acho que é um ponto difícil é da gente conseguir vender as coisas. [...] o meu vô ele era feirante a muitos anos, desde que meu pai era pequeno. Ele era feirante no mesmo lugar e na mesma banca e sempre com produção com veneno. Aí no início meu pai também utilizava agrotóxico, então era uma qualidade diferente, foi todo um processo de transição com os clientes. Da gente avisar: olha não estamos mais usando veneno vai ter furinho, vai ter bichinho. E no começo foi difícil essa parte de vender as coisas um pouquinho furadinhos, menores, menos bonitonas, como o pessoal espera e quer na feira. Só que também foi um ponto positivo, a gente começou a ganhar clientes, uma freguesia boa, porque o pessoal comprava, às vezes não acreditava muito na gente, mas comprava e quanto provava os alimentos adoravam. Depois nos traziam retornos “aí é muito bom gostei muito, gostei é diferente realmente lavei tinha um monte de bichinho é diferente”

A última entrevistada, Mari Luzia Geisel residente de Pelotas, de 59 anos, produz na Cascata 5º distrito da cidade. O contato com Mari Luzia ocorreu na feira, observando a dinâmica de sua banca e por ser consumidora de seus produtos. Ela, junto de alguns de seus familiares que eventualmente colaboram nas vendas, tem em sua banca diversos produtos sazonais, mas o principal produto são os cogumelos.

E é assim, eu e meu parceiro a gente começou a produção, eu sempre morei na zona rural, meu marido também e meus pais sempre foram agricultores, mas eram convencionais. Tinham chácara de pêssego. Aí meu marido estudou na escola técnica e moramos no Paraná durante 35 anos. Lá nós tivemos nossos três filhos, eles estudaram e todos se formaram em cursos superiores. E ele (marido) tinha esse sítio que ele tinha comprado com o dinheiro da aposentadoria dele. Ele sempre quis voltar. Aí a gente voltou pra cá em 2012. E atualmente nós mantemos a criação de gado, que meu marido gosta e depois temos as frutas, as hortas. Nelas temos feijão, cebola, milho. E agora estamos plantando pitaya e jabuticaba. Mas sempre em pouca quantidade e pra consumo da família. O que excede levamos pra feira. E aí assim como eu faço feira os vizinhos sempre pedem pra mim vender a produção deles. As vezes tem coisa super diferente na banca que é levado pelos vizinhos. Assim a gente movimenta a economia da comunidade ao entorno. E é tudo orgânico, não tem nada.

O estreitamento dos laços de comunidade que são caros a produtora são fundamentais em sua trajetória. Por sempre ter sido designada a tarefas voltadas ao meio doméstico, muitas vezes se isolando para cuidar dos filhos, a comercialização de produtos de terceiros na sua banca age impulsionando a socialização da produtora. Sua autonomia trouxe a possibilidade de encontrar outros indivíduos que acabaram isolados por conta das dificuldades de escoar sua produção.

A produtora relembra ainda o momento em que teve o primeiro contato com o cogumelo:

A gente já tinha um pomar de frutas e horta. Uma vez viajamos pro Rio de Janeiro na casa do meu filho e lá a gente estava num supermercado que tinha um container e eles estavam produzindo cogumelos. E nós sempre falávamos na produção de cogumelos porque lá fora tinha muito no mato. Então já conhecia e gostava do produto. Então quando conhecemos o pessoal no Rio que era de uma universidade eles começaram a explicar que era fácil produzir. Então a gente pegou a ideia e voltamos pra casa construímos uma estufa. E tinha um rapaz que já produzia, Alexandre o nome dele, ele produzia pra mim o substrato. Eu levava e colocava na estufa e ali comecei a produzir. Então ele conversando comigo me colocou essa possibilidade da feira. Então fui na prefeitura e consegui o espaço para comercializar. Foi bem rápido que tudo se ajustou, tudo aconteceu tão naturalmente que eu acho que era pra ser. Agora estamos produzindo a 4 anos. E passou rápido, passou voando por que o cogumelo é minha paixão.

Ela conta que os pais estudaram até a quinta série, pois era requisito para se tirar a carteira de motorista na época. Já os filhos de Mari Luzia seguiram carreira acadêmica, sendo o mais velho engenheiro eletricista, a filha designer de moda e o mais novo engenheiro civil.

Eu sempre fui do lar, tenho até o segundo grau na escola e sempre tive vontade de trabalhar. Era meu sonho. Mas quando a gente casou a gente combinou que ele trabalharia e eu cuidaria da casa e dos filhos. Então eu passei a vida inteira cuidando da casa e da família. Mas todo dia com muita vontade de ter um trabalho. Eu até me inscrevi pra fazer o Enem mas acabei desistindo. E aí quando surgiu esse cogumelo, nossa gente, eu fiquei muito feliz. Foi um sonho se realizando. Pra mim produzir cogumelos é tudo, é maravilhoso.

Perante o relato de Mari Luzia é fundamental elencar alguns pontos sobre o confinamento ao qual mulheres foram determinadas historicamente. A transformação social que ocorre com a prática intensiva da agricultura de

cereais, é melhor compreendida a luz do surgimento de estruturas sociais hierarquizadas e da formação do Estado. Este último promoveu a criação de assentamentos agrícolas permanentes e sedentários e impulsionou a formação da unidade familiar patriarcal, defendendo a propriedade privada, a herança e delineando relações de poder no âmbito familiar.

O patriarca era o representante do Estado no nível da unidade de trabalho doméstica: era ele quem assegurava que os impostos e dízimos seriam recolhidos para a subsistência das elites. Foi no interior dessa configuração política que tanto as mulheres quanto os grãos foram confinados e manejados para maximizar a fertilidade (TSING, 2015, p. 186).

Ao contrário dos coletores, que limitavam a fertilidade, o patriarcado desejava o maior número de filhos possível. Isso não se dava apenas pela valorização da fertilidade, ou mesmo da figura da mulher, mas sim por necessidade de mão de obra.

Essa obsessão pela reprodução, por sua vez, limitou a mobilidade das mulheres e suas oportunidades para além do cuidado com as crianças. Apesar das possibilidades matriarcais criadas por esse processo, parece justo chamar esse caso de amor interespecífico de “a derrota histórica do sexo feminino” (TSING, 2015, p. 187).

Este processo desencadeou o sistema patriarcal, e confinou o trabalho da mulher ao âmbito doméstico. Mesmo que na agricultura o trabalho de armazenamento e ordenamento da colheita sendo feito por mulheres e de caráter fundamental, seu trabalho era considerado inferior, valorizando a figura masculina. No relato da produtora, temos a história sendo entrelaçada em dois espaços; no campo e na cidade. Mas com nuances que permanecem e perpassam estes dois espaços. Mari Luzia nunca deixou de produzir, mesmo que abrindo mão de sua autonomia para apoiar o marido no trabalho realizado na cidade.

Eu trabalhei na agricultura até os 16 anos e depois casei e fui apoiar o meu marido. Quando casei fui morar com meus sogros, morei com eles até os 18 anos e eles tinham indústria de doce de pêssego, então trabalhei com eles alguns anos. Depois viemos morar no centro da cidade por que meu marido recebeu uma oferta de emprego de eletricitista. Depois fomos pro Paraná, e lá ficamos durante 35 anos, ele trabalhando e eu ficava sempre em casa. Mas mesmo assim morávamos em uma chácara pequena, disso eu não abri mão, então sempre mantive frutas e hortas disponíveis pra família. Por conta do veneno, sempre eliminamos o veneno do nosso prato. Nem pra mosca

nós colocávamos pesticida. Nada. E quando voltamos pra Pelotas eu tinha 50 anos. Mas a forma de manuseio da terra sempre foi a mesma, sem veneno. E a gente usa o trator só pra fazer a poda da grama, por que a gente não arar a terra é plantio direto. Desde lá do Paraná a gente sempre procurou essa forma na nossa horta e na nossa vida, não tinha nada. E procurava o mais saudável pra gente. Por que sempre ouvimos muito do agrotóxico dos males que eles trazem. A gente então já optou pela saúde. E teve conhecidos que foram contaminados, por pimentão, pelo tomate.

Segundo Paulilo (1987) em estudo realizado visando entender as categorias de trabalho “leve” e “pesado” dentro do meio rural há uma divisão clara de trabalho baseada no gênero. Atividades como preparar a terra e plantar são vistas como tarefas leves e, frequentemente, são destinadas às mulheres. E mesmo trabalhando as mesmas ou até mais horas que os homens, ganham menos. Nenhum homem realiza trabalhos considerados femininos, e os proprietários que contratam mão de obra feminina nas empreitadas rurais, muitas vezes pagam menos que o destinado aos homens. Pagam as mulheres com base na produção, ignorando o tempo e o esforço dedicado, especialmente quando se trata de cuidar dos filhos. Mesmo que em áreas rurais, as crianças e mulheres estejam envolvidas em todas as etapas de produção, desde o plantio até a preparação final, são consideradas tarefas secundárias.

A feira me proporciona ganhar meu próprio dinheiro pela primeira vez. E como eu produzo cogumelo, o cultivo é durante todo o ano, mas o restante da produção é sazonal. Acho que o mais legal da feira é que eu estou junto com outras senhoras que não tinham renda própria. Tem a senhora que produz o queijo, ela não tem como comercializar, não tem como sair da zona rural, então eu levo pra feira. O tofu que eu vendo na banca é minha irmã que faz. E tem uma senhora que faz os doces com as frutas dela, ela também não consegue comercializar. É bom que assim, eu tenho o meu propósito com isso, eu ajudo outras senhoras que tinham o mesmo sonho que eu. Todas são mais velhas ou casadas, e estão vivendo pro lar. A moça que me vende os ovos, ela vai lá em casa e leva, mas se não tivesse a nossa conversa, a nossa amizade, às vezes o ovo vai até pro lixo. É pouco que ela vende, mas no meio da zona rural não tem mais pra quem vender. E ela ganha o dinheiro dela, e isso é muito legal. Porque lá fora nós mulheres não temos muita oportunidade de trabalho, temos filhos, temos a casa, mas isso nunca nos impediu de produzir alimento. Então se ela faz um doce, pão ou bolacha, ela leva pra mim e eu vendo na banca. E não tem nada de conservante, ela faz do jeito antigo mesmo.

A adaptação e formas em que Mari Luzia encontrou de manter sua autonomia mesmo perante suas expectativas de trabalho sendo suprimidas em detrimento da organização do espaço do lar e dos filhos, se estende em suas relações com outras mulheres.

A gente sabe que estamos fazendo algo bom por que gostamos de plantar e se fica na horta vai ir fora. O cogumelo tem um lucro bem maior, por que ele compensa no valor e na produção e já estamos lá a 4 anos. Foi muito legal eu fiquei muito feliz no primeiro ano. E até hoje eu estou muito feliz. E é bom por que a gente tem contato com as pessoas, você não fica trancada no sítio só olhando pra vida passando e cuidando da casa. Tem um monte de coisa diferente, muita história diferente. Aquilo te traz um bem, e a melhora na qualidade de vida é com certeza perceptível. A gente se move muito. Então temos uma boa alimentação, e estamos sempre se movimentando. E dá um propósito na vida da gente. E não é uma coisa que é perceptível, mas tu vai envolvendo as pessoas, o outro já percebe que é legal, que a feira é um espaço calmo, é uma coisa boa. Acho que o senso de comunidade se perdeu pelo mundo muito corrido, vai ficando separado, vamos nos isolando. Mas assim vamos nos conectando de novo.

O espaço da feira transcende sua função primordial de comercialização de produtos e cria espaços importantes de sociabilidade nas cidades. Elas reúnem diversidade cultural, onde histórias, tradições e receitas são compartilhadas entre o feirante e o consumidor. É uma demanda mutua, como expor por Mari Luzia;

Se na feira alguém me pede uma coisa eu vou atrás. Se eu sei que tem alguém querendo vender, eu vou na casa pego e levo pra banca. Igual o tofu, todo mundo pedia e a minha irmã sabia fazer e ela acabou fazendo e vendendo comigo. E eu aprendi muita receita, que também acabo por ensinar.

Além disso, esses espaços possibilitam a interação entre gerações e fortalecem laços comunitários, e que agem fomentando os produtos locais e a economia circular:

Os nossos clientes têm uma consciência ambiental enorme, eles trazem material para reciclar, falam muito. E eles sempre falam que enterram os orgânicos, que tem compostagem. Eles tomam muito cuidado. Mas é melhor fazer alguma coisa do que não fazer nada. E a gente aprende muita coisa, aprende a cuidar melhor da terra, do que a gente tem. Então nossa consciência ambiental foi muito maior depois disso também.

Logo, as feiras livres são patrimônios urbanos que agem consolidando identidades, fortalecem o tecido social da comunidade e promovem inclusão social. Outro ponto importante está presente no estudo de Ana Tsing, que elenca a importância dos cogumelos nas redes de sobrevivência e comunas formada por mulheres ao longo das décadas. Traçando um paralelo com a resiliência dos movimentos feministas e a incapacidade de domar a extensão que podem alcançar os micélios. Os colocando no patamar de espécies companheiras;

Claro que nem todo o desenvolvimento das espécies de fungos é benigno, mas é apenas na profusão confusa da diversidade que é possível a adaptação. De fato, na maioria dos lugares existe uma correlação negativa entre, de um lado, a diversidade e, de outro, a intensidade de investimento de capital e controle do Estado. Para aqueles que amam a diversidade, talvez seja necessário um projeto de desmapeamento do Capital-Estado (TSING, 2015, p. 197).

Assim como em diversos contextos históricos no caso do encontro entre a produtora Mari Luzia e os cogumelos renderam frutos não somente para a sua independência, mas para outras mulheres também.

E eu só tenho a agradecer, eu sou uma pessoa muito grata. Porque eu consegui, essa porta se abriu, e eu consegui conhecer os cogumelos. E quando entrou o cogumelo na minha vida nossa, foi um presente.

Ela encerra a entrevista de forma otimista e aponta suas expectativas quanto ao futuro da banca e de suas amigas. Na agroecologia sempre encontrou acolhimento, seja na produção junto de sua mãe, ou posteriormente ensinando seus filhos o valor do alimento saudável. E seguindo este caminho encontrou os meios de realizar seu sonho da independência financeira.

2.4. Extensão rural

Dentre os assuntos debatidos entre os entrevistados, a extensão rural aparece com frequência, tanto para produtores quanto para os demais profissionais. O acompanhamento de profissionais é fundamental na trajetória dos produtores, no entanto estes relatam que sentem uma carência de acompanhamentos mais frequentes. Tendo em vista essa situação, para continuarem o processo de transição agroecológica, eles realizam pesquisas e

aprendem em conjunto com outros produtores. Abaixo as falas dos produtores na respectiva ordem; Edmilson, Danielle e Mari Luzia.

Um pouco, a prefeitura de Morro Redondo em conjunto com Emater³⁴ e Embrapa³⁵. E ainda o Bem da Terra Pelotas estão contribuindo para essa transição, também tenho a ajuda de outros agricultores que estão no mesmo processo. [...] Hoje se descobre muito com a internet, com agricultores e a experiência que já tenho.

Eu posso estar enganada, mas pelo que me lembro, ele aprendeu tudo sozinho, buscando na internet, conversando com outras pessoas. Tem muita gente na feira também que a gente conversava, quando ele dizia que não queria mais usar agrotóxico. E tem um cara que foi muito legal com nós, que é arquiteto e urbanista que trabalhava muito com plantas, com essa parte de agroecologia, ele também nos deu várias dicas de alternativas. [...] A gente teve contato com o CAPA, o pai procurou eles.

Eu fiz um cursinho na Embrapa pro cultivo de cogumelo, mas ele foi pela internet. Então eu comprei vídeo e livro, e estudei. Mas tinha coisas que era difícil pra mim entender, não era do ramo. Mas eu fui lendo, fui aprendendo e fui entendendo. No primeiro momento foi muito difícil. Mas hoje em dia meu marido está sempre do meu lado, ele me ajuda, então se preciso investir ele tá do meu lado. Mas é um sonho meu que se realizou né? E a gente estando bem tudo vai bem.

Buscando compreender a situação por parte dos profissionais, realizou-se uma entrevista junto de um dos coordenadores do Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia (CAPA). A entrevista foi possibilitada através da indicação feita por Jurandir Silva, vereador em Pelotas, que ao saber do trabalho achou interessante contatar um integrante do CAPA.

Fábio André Mayer mora em Pelotas, tem 51 anos, e é filho de pequenos produtores de Pelotas, e conta um pouco da sua trajetória até chegar ao CAPA.

Eu sou filho de pequenos agricultores, no interior de Pelotas divisa com Canguçu, estudei toda a minha vida voltado para a agricultura e pra pecuária. Fiz o CAVG³⁶, em 1987 entrei e em 1989 sai. Fiz um estágio muito importante [...] trabalhei com meio ambiente, com agricultura naquele período. Quando terminou, voltei fiz o vestibular pra Agronomia, entrei em 1991 e sai em 1996. E aí na Agronomia eu trabalhei com movimento social, trabalhei 3 anos e meio na reforma agrária fazendo os assentamentos na metade sul. Eu trabalhei no INCRA³⁷ de 1996 a 2000. Em janeiro de 2000 ingressei no CAPA, onde

³⁴ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural.

³⁵ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

³⁶ Instituto Federal Sul-Rio-Grandense Câmpus Visconde da Graça.

³⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

estou até hoje. Sempre trabalhando a questão da agroecologia, com a agricultura familiar, com os povos tradicionais, comunidades quilombolas e indígenas.

O trabalho do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia é reconhecido por todos os entrevistados, visto que o selo de origem orgânica parte desta entidade.

Então, o CAPA ele surge em 1978, em Arroio do Tigre, próximo à região de Santa Cruz. Ele chega nos anos 80 ou 82 em São Lourenço do Sul. O foco do trabalho ele sempre foi agricultura familiar. Inclusive esse conceito Agricultura Familiar acho que muito se deve ao CAPA de colocar essa pegada essa valorização. E o primeiro nome do CAPA, era Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. Depois foi Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. E hoje é o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. Porque na verdade ele sempre acabou trabalhando, na agricultura alternativa, alternativa ao modelo da Revolução Verde. Buscava aquela agricultura antiga com menos dependência, com mais uso de insumos gerados na propriedade, dentro da porteira. O CAPA era muito importante estrategicamente em termos de território, e Pelotas é a cidade polo. Nós já tínhamos muitas organizações que faziam feira aqui, por exemplo, ARPASUL era um trabalho junto do CAPA e da CPT³⁸. [...] E como muito das políticas públicas também se estabelecem por aqui, e daqui se distribuem, o CAPA achou muito importante vir para cá. Ele vem para Pelotas e em 2008 a gente faz essa sede aqui.

Fábio pontua como ocorrem as ações da entidade em Pelotas, frisando sempre a importância da extensão rural em sua formação profissional, e nos trabalhos desenvolvidos junto de produtores.

A gente trabalha muito forte na organização social, usando as ferramentas da extensão Rural, que são: dias de campo e visitas técnicas, cursos, intercâmbio de conhecimento. A gente tem uma organização, muito legal muito regrada. Uma equipe multidisciplinar que conversa tanto social quanto técnico. A gente se reúne ordinariamente toda primeira segunda do mês aqui, aí tem diversos

³⁸ Em 1964 com a instauração da ditadura militar iniciou-se um processo de “colonização” na região Norte o país, a fim de desenvolver-se a chamada Amazônia Legal e empreender dentro dos moldes capitalistas, as novas empresas rurais. Neste período foi aprovado o Estatuto da Terra que visava criar órgãos e programas para dar continuidade às empresas rurais. Ao apoiar o setor, o governo estimulou os conflitos agrários, e a formação de latifúndios, gerando embates entre pequenos proprietários e grileiros. Logo, os anos 70 foram marcados por conflitos intensos na região Norte, o descaso do governo atrelado às intervenções feitas pelos militares dentro dos sindicatos de pequenos produtores, o tornaram impotentes. Em meio a este cenário, durante uma assembleia realizada em 1975 pela Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil em Goiânia, foi instituída a Comissão Pastoral da Terra. O objetivo da CPT era acompanhar os conflitos agrários na região Centro-Oeste e Norte, a fim de defender os interesses dos trabalhadores rurais e posseiros. Posteriormente a CPT percebe que os conflitos se alastravam por todo país o que levou a instalação de novas sedes abrangendo outros estados.

atores locais aqui que a gente faz trabalho. Desde pontual como parceiros históricos, a gente tem uma relação histórica com Embrapa. Então essas relações vão sendo construídas paulatinamente, são antigas. Às vezes tem umas relações mais pontuais, mas a gente se relaciona com quem permite e tem afinidade com a questão da agroecologia, que tem as aberturas. Nós não somos amigos do veneno. Não pegamos projetos dessa turma aí, a gente não caminha com essa turma aí. Também temos assentos no Fórum Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e o Fórum Gaúcho Contra os Impactos do Agrotóxico. A gente tem assento na ACT (Aliança Contra o Tabaco) que tem participação de diversas instituições. A ONU também nos visitou há uns anos atrás, vieram em 20 países, e acharam muito interessante o Brasil fazer um contraponto contra o tabaco. Não adianta só criticar e deixar os agricultores desamparados, mas a gente tem que tá ali junto com eles atendendo.

Na entrevista ele explicou as dificuldades enfrentadas no trabalho diante do último governo, que deixou as questões da agroecologia de lado³⁹. Diante dos depoimentos de produtores, que expõem a falta de amparo técnico, Fábio demonstra a outra face dos cortes das políticas públicas.

São muitas dificuldades, a pandemia só abalou muito, mais ainda é que a gente vive um momento de poucas políticas públicas. A gente tem um governo né? Que pouco reconhece a agricultura familiar, tem olhos muito para o agronegócio e para tudo isso que implica o agronegócio. Toda essa liberação exagerada de agrotóxicos, mais de 200 tipos⁴⁰. Então assim é um momento muito desigual, o agronegócio detém todo dinheiro, detém uma poluição incalculável, contaminando água, ambiente que tem contaminado por vezes as nossas propriedades agroecológicas com à deriva. Esse edital do tabaco, tão importante que é, ele foi cortado 50% dos recursos. Então essa seria a maior dificuldade, nossa equipe está enxuta. Ela está dinâmica e multidisciplinar, mas enxuta. Ela já foi maior, nós tínhamos 12 técnicos fazendo o trabalho, hoje nós temos 3 ou 4 fazendo o trabalho de antes. Cada técnico tem que assistir 80 famílias.

O corte orçamentário acarretou na diminuição dos profissionais que se destinam a fazer o trabalho de campo. Como citado por Fábio, iniciativas que fomentem a continuidade da extensão rural em nível regional são fundamentais.

Tendo em vista essa colocação é de suma importância para o trabalho, entender a lei municipal de agroecologia e produção orgânica, que foi aprovada

³⁹ Governo Bolsonaro libera mais de um agrotóxico por dia. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2022/03/governo-bolsonaro-liberou-mais-de-um-agrotoxico-por-dia/> Acesso em: 25, ago. 2022.

⁴⁰ <https://noticias.r7.com/brasil/brasil-tem-quase-5-mil-agrotoxicos-liberados-29062022> Acesso em: 28, ago. 2022.

em Pelotas⁴¹. Visando compreender como se deu o desenvolvimento do PL, uma entrevista foi realizada com o vereador Jurandir Buchweitz e Silva, de 38 anos que é natural de Pelotas. O contato com o vereador se deu de forma orgânica, através de suas redes sociais, sendo muito receptivo às propostas do trabalho. O entrevistado iniciou relatando alguns elementos de sua trajetória:

Eu nasci em Pelotas no Bairro Simões Lopes, estudei em escolas públicas, estudei no Pedro Osório que é uma escola bem no centro, depois eu estive no CAVG na escola técnica, hoje se chama IFSUL. E depois fui para Universidade. Eu sou engenheiro agrônomo, tenho mestrado em sistema de produção agrícola e familiar pela UFPEL, e hoje sou vereador, mas a minha formação é em Agronomia. Quando eu fui fazer o vestibular, acho que na minha geração era diferente, a gente no momento da inscrição já tinha que determinar um curso, que é um pouco uma coisa que muda em relação ao Enem⁴². Tu vai lá e faz as provas, e a prova inclusive já era voltada pro curso de vestibular que você queria. Então tu tinha que estudar X coisas. E eu já quando ponderei sobre isso, que curso quero fazer, eu pensei assim o importante era conectar coisas que para mim, na época naquele momento eu tinha 18 anos, já eram importantes: produção de alimentos, reforma agrária. Eu já entro na faculdade de Agronomia, e aí óbvio que as faculdades de agronomia elas [...] tinham grade curricular voltada para uma agricultura convencional, agronegócio. Mas eu já vou conectar ali com esse sentimento de movimento social da produção de alimentos e não da produção de commodities. [...] Também uma coisa muito importante para minha formação foi estagiar, nos meus momentos finais de curso, na estação experimental Cascata que é da Embrapa, que é um espaço espetacular, que é pouco conhecido e pouco valorizado. Não pelas pessoas que conhecem a agroecologia, mas pela cidade mesmo. Porque é muito bonito o trabalho que eles fazem ali, é um trabalho todo ele voltado para agricultura familiar de base ecológica. Então ali eu tive a oportunidade tecnicamente de conhecer uma riqueza de coisas e trabalhos.

Jurandir comenta que a experiência de extensão, bem como o contato que manteve com os produtores durante os anos que militou no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foram fundamentais na sua formação enquanto parlamentar.

Obviamente que depende um pouco da escola de formação política da pessoa, sinceramente, eu tenho muito orgulho da minha escola [...] eu

⁴¹ Disponível em:

https://sapl.pelotas.rs.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/3170/lei_6980_2021_institui_a_politica_municipal_de_agroecologia_e_producao_organica_do_municipio_de_pelotas_e_da_outras_providencias..pdf Acesso em: 10, out. 2023.

⁴² Exame Nacional de Ensino Médio.

milito numa corrente do PSOL que é o movimento de esquerda socialista. E a gente estuda, e tem que ler muito evidentemente, esse ano estou acumulando 20 anos no MES⁴³, então são muitos cursos de formação política na vida. Que vêm formando a nossa perspectiva de mundo, sobre a nossa perspectiva como militantes. A experiência de militante tá conectada com a forma de conversar com os agricultores. Conversando e ouvindo pessoas, ouvir é fundamental, conseguir se conectar e ver qual é o problema dessa pessoa nesse momento. E aí quando a gente vai propor política [...] para os agricultores ecologistas né, tem que ser muito sensível para entender qual é o problema daquela pessoa, qual é o problema naquele momento. Então tu tem que entender isso e dar uma resposta política, ou tentar dar uma resposta política para isso. E eu tenho convicção de que isso tem sim a ver com a história e uma trajetória de luta que fui aprendendo e acumulando durante anos.

Tendo em sua trajetória o interesse em desenvolver ações voltadas para a agricultura de pequeno porte, e relatado que poucas eram as oportunidades de discutir o assunto no momento em que cursou Agronomia, Jurandir conta com empolgação que logo que foi eleito, pode participar da elaboração do PL. A PL da agroecologia foi proposta pela secretaria de Desenvolvimento Rural e pela Prefeitura de Pelotas.

É bem peculiar isso, porque são anos pensando em agroecologia e é o primeiro projeto de lei que aparece na Câmara depois que entro como vereador. A gente entrou ali na primeira semana, [...] veio um projeto do governo que é a PL que estabelece a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. E aí eu peguei o projeto, e assim ninguém divulgou esse projeto mais do que a gente. Peguei o projeto, que era da prefeitura mandei para um monte de gente, [...] já no formato online. Depois a gente pegou imprimiu o projeto, foi para as feiras agroecológicas com o projeto da prefeitura impresso, e aí começa a se expandir a parceria. Porque aí as pessoas começam a se preocupar, a partir da provocação de avisar que o projeto tinha entrado, diversos setores começam a se mobilizar.

O vereador ainda pontua a importância da participação e envolvimento de algumas entidades, como por exemplo, o Conselho Municipal de Soberania e Segurança Alimentar (CONSEA), o CAPA, as universidades, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), e demais instituições ligadas a agroecologia. No entanto, mesmo com mobilizações e tendo sido aprovada, Jurandir coloca alguns pontos de embate.

⁴³ Movimento de Esquerda Socialista.

Ok temos [...] uma lei da gente ficar orgulhoso. Mas agora a gente está no desafio de que o comitê gestor seja convocado, que o apoio público aumente. Esses são os desafios do momento, porque na verdade, não para o desafio né, para aprovar o projeto. Por que foi aprovado em outubro e nós estamos em maio e o comitê gestor ainda não foi convidado para ir, não teve decreto para isso.

Além disso, Fábio e Jurandir comentam sobre os embates que acontecem no campo, no que tange à contaminação de propriedade agroecológicas, reiterando a importância da PL e expondo as possibilidades da extensão rural em nível micro, voltada para o município.

E o agrotóxico com essa quantidade enorme que foi liberada, nós tivemos problemas de deriva. Todo ano são coletados materiais para serem avaliados nas feiras, e esse problema é principalmente para os agricultores que ficam no entorno daqueles que usam turbina nos tratores para aplicação. [...] Hoje a agropecuária chega e vende, mas não dá orientação nenhuma, por vezes algumas pessoas são semianalfabetas e usam o agrotóxico. Para começar não dizem que é agrotóxico dizem que é remédio. Dizem "estou botando remédio no pessegueiro". Então esses insumos químicos eles geraram contaminação em duas propriedades, e talvez o caminho infelizmente vai ser no futuro a denúncia. [...] O CAPA tem assento no Fórum Gaúcho Contra os Agrotóxicos, então lá a gente levou essa denúncia do que aconteceu na região. Então alternativa seria criar bacias, microbacias, livres da aplicação de agrotóxicos. Nós temos uma denúncia dessas que está no Ministério Público, [...] muitos produtores nos procuraram, que perderam suas colheitas de tomate por deriva desse avião que está aplicando. Então talvez os mecanismos são esses: a gente tem a PL da agroecologia, a gente vai marcando espaços vai em uma linha boa consolidando o nosso modo de ver o mundo. A gente vai firmando isso com os parceiros, e vamos avançando, mas com dificuldades neste momento, com bastante dificuldades em frente à tudo que está sendo liberado.

Jurandir complementa:

A extensão rural no Brasil mesmo que a não-agroecológica, ela é um problema muito sério. Tu pega uma empresa, como a maioria são servidores públicos, a estrutura de trabalho desses camaradas é um horror. Do ponto de vista do que precisaria ser e da quantidade de pessoas, é horrível. O que vem se discutindo na câmara faz um contraponto a isso, mas nós precisamos que essa discussão também se desdobre em outros patamares da política. Então isso aí é discussão no mínimo estadual, preferencialmente nacional. Evidentemente que do ponto de vista local pode ter alguma resposta com mobilização, que a gente possa reivindicar que a Secretaria de Desenvolvimento Rural possa enfim buscar algum tipo de recurso e financiamento. Para, por exemplo, ter uma assistência técnica específica para agroecologia. Tem projetos que são muito bons o CAPA, eles têm anos e anos de projetos de transição de fumo. É fantástico! E veja, já tem gente com experiência nesse tipo de trabalho

na nossa cidade, na nossa região. Então porque não apostar nisso? Eu acredito que isso pode se desenvolver, mas eu tenho convicção de que isso não acontecerá pelo simples desejo de que aconteça, tem que ter luta.

Para que mais produtores possam ser atendidos pela extensão rural é fundamental entender que esta deve estar presente nas pautas que são voltadas para os agricultores. E também enxergar a importância e o potencial do pequeno agricultor pelotense que é peça fundamental da alimentação local.

2.5. Segurança alimentar

Dentre as temáticas que se atravessam nas falas dos entrevistados, a Segurança Alimentar é recorrente. Portanto realizou-se uma entrevista com Cristine Jaques Ribeiro, de 48 anos, que integra a Coordenação do Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar no município de Pelotas. Cristine foi contatada através da rede de contatos instituída através da professora Alessandra Gasparotto. Ela iniciou compartilhando sobre sua trajetória:

Nasci em Viamão e vim para Pelotas, moro aqui desde os 7 anos, então moro aqui há 41 anos. A minha família era de pequenos agricultores, só que eles sofreram com o deslocamento do êxodo rural, vão trabalhar como operários. [...] Sou assistente social, tenho mestrado e doutorado em serviço social, dou aula no curso de Serviço Social há 23 anos. Também dou aula no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos na UCPel. Mas o meu histórico com o tema da soberania alimentar, ele vem já de um período em que eu fazia parte dos grupos de jovens do bairro Fragata. A gente acompanhava um acampamento que aconteceu na fazenda da Palma, no final de 1987 e início de 1988. Que foi o primeiro acampamento do MST⁴⁴, que acabou não permanecendo, mas foi um marco na luta. E depois teve um novo acampamento em 1992, que eu era estudante secundarista no CAVG, fazia Agropecuária, e a gente acompanhou muito essa segunda ocupação. Era muito legal por que nós tínhamos uma discussão política junto, uma inserção nos movimentos sociais. E aí nisso me deu condição de entender a discussão da agroecologia, da importância dela, e o que era isso. E de lá pra cá todas minhas pesquisas foram vinculadas aos movimentos sociais, e hoje voltadas pra uma questão tão cara para nós que é a soberania alimentar.

O Fórum surgiu oficialmente em 2018, sendo articulado dentro da Universidade Católica de Pelotas, principalmente pelo grupo de estudos e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e o Grupo de Pesquisa e

⁴⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Emancipação, junto ao Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC).

A discussão da soberania alimentar tem que ser vista com o início da luta e do tema da agroecologia em Pelotas. A organização da agroecologia na região, em Pelotas ocorre em 1996, quando é lançada a primeira feira da ARPASul. Dessa eu fiz parte também, com uma equipe vinculada a CPT e já era estudante de graduação em Serviço Social. A gente tinha naquele período na região o CAPA, que acompanhava as iniciativas da região. E na década de 1990 esse assunto vem muito forte na cidade, envolvia estudantes e professores universitários, movimentos sindicais, os metalúrgicos e a ala política de esquerda das igrejas católicas e evangélicas e o MST. E aí o Fórum de Soberania Alimentar, ele surge como herança dessa história, porque apesar de toda essa organização e mobilização não tínhamos em Pelotas nenhuma política de segurança alimentar instituída.

Ela conta que a receptividade das primeiras feiras agroecológicas foi ótima e que estas vem criando espaços de escoamento da produção dos produtores na cidade. Além disso, ela pontua que é possível todos consumirem de forma saudável, no entanto faltam políticas públicas para isso. E coloca que é essa a importância das discussões sobre segurança alimentar, pois as iniciativas voltadas para as feiras eram voltadas para a consolidação da produção e escoamento de produtos, mas não cobravam uma política local, que desse condições para acesso da periferia ao alimento saudável. Logo, a meta seguinte do Fórum é que aqueles que mesmo com a implementação de políticas não conseguirem acessar alimentos de qualidade, que o município entre com o incentivo para que isso aconteça.

No entanto, em janeiro de 2023 em relatório oficial lançado pela FAO, foi constatado que a América Latina e o Caribe possuem o maior custo para alimentação saudável do mundo. Com isso, 22,5% da população ficou sem acesso a alimentos de qualidade, apontando um crescimento da insegurança alimentar da região, afetando principalmente mulheres e crianças de até 5 anos. No Brasil, o índice de pessoas subnutridas é de 4,1% da população, equivalente a 8,6 milhões de pessoas, houve também um crescimento de 1,6% de pessoas em situação de fome, atingindo assim 3,4 milhões de habitantes (FAO, 2023).

Durante a pandemia de Covid-19 o foco do Fórum foi direcionado para a questão da insegurança alimentar, tendo em 2020 lançado campanhas pra arrecadar alimentos produzidos pelo MST, cooperativas e produtores da região. E para que ocorresse a distribuição das cestas arrecadadas, realizou-se um

mapeamento de 120 famílias, em diferentes regiões de Pelotas que dependiam de doações. Em 2021, as atividades diminuíram, mas voltaram com força durante a articulação para instituir a PL da produção agroecológica na cidade. E seguem com a doação de cestas básicas.

Hoje não há mais esse discurso de que não sabemos se há uma produção suficiente (orgânica e agroecológica) pra garantir alimento para toda população, a gente sabe que tem. Hoje a questão é outra, é pressionar para que haja uma política municipal de segurança alimentar. (...) Todas as ações que a gente tem em defesa da produção agroecológica, é pra dizer que não aceitamos outro modelo de produção. (...) O Fórum é uma resistência à produção com agrotóxico e transgênico, porque senão o agronegócio entra direto.

O fórum apresenta uma frente pontual na busca pela alimentação saudável e de qualidade, e além dele diversas outras iniciativas continuam o legado da agroecologia na cidade.

No depoimento de Jurandir, este comenta a importância da agricultura urbana, através da criação de hortas comunitárias.

A gente não pode se conformar com a ideia de que na sociedade as pessoas vão comer salgadinho, bolachinha recheada e ponto. A gente precisa disputar isso na sociedade, a agroecologia é fundamental para disputar isso. As hortas urbanas entram nesse enfrentamento, veja: são as pessoas de diferentes comunidades que estão ali produzindo coletivamente, sem o uso de agrotóxico e tão consumindo aqueles produtos. Isso é sensacional porque é um jeito também de popularizar a agroecologia. Eu tenho assim uma lista já de resultados das hortas urbanas que eu consigo enxergar. Primeiro soberania e segurança alimentar: as pessoas estão comendo coisas que produzem nas hortas e em quantidade, distribuindo para os vizinhos. Às vezes serviço público de assistência social chega lá com saco de arroz e um saco de feijão, mas frutas e hortaliças não. (...) E entra também nesse caso o quesito da reeducação alimentar, as pessoas estão consumindo alimentos frescos ali do seu local. (...) A pessoa ter experiência concreta de que se ela se juntar com os outros é mais fácil de resolver os problemas dela, cara se o mundo pensasse assim, nós viveríamos em outro mundo.

Na fala de Danielle, que demonstrou insatisfação com a impossibilidade de conseguir o selo por conta do cercamento da propriedade pelo avanço da cidade, ocorre um paralelo. As experiências das hortas urbanas podem consolidar uma nova perspectiva para o que está sendo produzido na propriedade da família Bonow, e ainda agir como incentivo na sua permanência.

Já Flávio traça outro panorama de ação que vem abrindo ainda mais possibilidades:

Seria bom dizer que houvesse espaço para todos, mas na verdade não há. A gente vive no mesmo planeta, [...] o que a gente tem feito é ir agindo localmente. [...] As feiras são uma realidade a quem dizia lá atrás que isso aí não dava certo. A ARPASul por exemplo, já tem mais de 20 anos, cada vez mais forte, cada vez mais gente querendo vir. Hoje o pessoal não nega mais a questão da agroecologia. O planeta precisa uma agricultura que seja para todo mundo, então hoje é questão de querer, questão política de afirmar que dá, é possível, nós não temos mais limites técnicos para dizer que não dá. É uma mentira que o agronegócio diz para essas empresas continuarem vendendo toda essa quantidade enorme de agrotóxicos. O CAPA segue apoiando as organizações que produzem sementes crioulas e variedades que seguem produzindo, com muita dificuldade, porque não é um governo que apoia.

Durante o governo do ex presidente Jair Bolsonaro, o discurso da necessidade do agronegócio foi reforçado pela mídia, e muitos programas de apoio ao pequeno produtor forma extintos. Mas a atuação do modelo agro não se limita apenas a este mandato. O Brasil durante sua história está fortemente vinculado a exportação e incentivo as monoculturas. Mesmo perante este cenário, a fala de Flávio remonta anos de luta e pesquisa por parte daqueles que buscam outra forma de produzir. E mesmo perante adversidades, levanta pontos fundamentais: é possível outra forma de produzir. Já temos estudos suficientes provando as possibilidades e necessidades de uma mudança radical nas formas de cultivo.

As fontes orais são necessárias para a história das classes não hegemônicas “elas são menos necessárias [...] para a história das classes dominantes, que tem todo controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante” (PORTELLI, 1997, pg. 37). Os relatos contidos no trabalho até o momento são fundamentais, visto que já delimitam um panorama da atuação de enfrentamento ao modelo do agronegócio, enfatizando a importância das lutas por políticas públicas que construam modelos ambiental e socialmente mais adequados. Além disso, expõe as relações de supressão de ações de fomento e amparo ao pequeno produtor, que mesmo frente a todos os empecilhos, continua a ser fundamental na busca por alimento disponível a todos.

Considerações finais

Em conclusão, presente na fala dos seis entrevistados se mostra a satisfação encontrada em orientar sua vida, produção e trabalho nos pilares da agricultura Agroecológica. Seja pela proximidade ou parentesco que conectam estes indivíduos ao meio rural, as entrevistas demonstram que todos advém de famílias vinculadas a agricultura. E foram em alguma instancia impactados pelas transformações a qual foram submetidas a agricultura, a alimentação e a paisagem rural.

No caso dos profissionais Cristine e Flávio, que tiveram em sua infância convivência direta com o rural, estes acabam incorporam em sua carreira acadêmica e profissional as problemáticas que nortearam as suas preocupações enquanto filhos de pequenos produtores. Já os três produtores encontram na

forma agroecológica de produção formas de sobrevivência frente a insatisfação e descontentamento com o uso de agrotóxicos e adubos químicos.

Nas entrevistas com os produtores, Danielle expõe o adoecimento do pai perante o manuseio de substâncias químicas utilizadas no plantio de tabaco. Mari Luzia comenta a preocupação desenvolvida pela família entorno do uso de agrotóxicos por conta de relatos de conhecidos que haviam sido contaminados e apresentaram complicações na saúde. Este ponto é recorrente na fala de produtores entrevistados em diversas pesquisas acadêmicas, e é fundamental que instigue mais pesquisas acerca do tema.

O presente estudo não conseguiu ir a fundo nestas questões, mas serve de provocação. Qual é o impacto no cotidiano de trabalho de pequenos produtores que ainda fazem o manuseio de produtos químicos? As consequências do uso de químicos são de conhecimento de todo agricultor, e é fundamental que mais pesquisas atuem junto ao acompanhamento da saúde mental daqueles que estão imersos em territórios com forte uso destas substâncias.

O presente trabalho buscou traçar também um panorama das diversas áreas em que a agroecologia atua. Seja na transformação de mentalidades, ou no resgate das práticas que foram norteadoras de sentido na agricultura destinada a alimentar o grupo familiar. É fundamental que a troca interdisciplinar oriente os trabalhos voltados para o entendimento do meio rural. Como exposto pelos entrevistados, muitas são as frentes necessárias para que a agroecologia se fortaleça. É crucial orientar as políticas públicas e os estudos sobre o tema em consonância com as necessidades elencadas no cotidiano daqueles que produzem e lutam por formas sustentáveis e saudáveis de alimentação.

Dois pontos são importantes nos relatos e servem como provocação aos estudos sobre o mundo rural: como abordar a problemática das derivas químicas e o avanço da cidade sobre as propriedades rurais. Os desafios impostos por estes dois tópicos devem orientar as pesquisas locais, e agir como alerta perante aqueles que passam a planejar as estruturas produtivas de cada cidade. Sem deixar de compreender as diferentes formas de cultivo como fundamentais, respeitando as epistemologias que se constroem no encontro entre o conhecimento acumulado geracionalmente pelos produtores.

A agroecologia não é apenas uma técnica ou método agrícola, mas uma filosofia que torna possível a integração entre o bem estar social, a sustentabilidade ambiental e a viabilidade econômica. A compreensão e a valorização do conhecimento e dos métodos desenvolvidos pelos pequenos produtores, são essenciais para garantir um futuro onde a alimentação saudável seja acessível a todos. Visto que o pequeno produtor já é o responsável pelo abastecimento de pequenas cidades, como no caso de Pelotas.

Fontes Orais

Entrevista realizada com Cristine Jaques Ribeiro, no dia 21 de Dezembro de 2021, através da plataforma Google Meets, em Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Fábio André Mayer, no dia 29 de Abril de 2022, no Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia, no Centro de Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Jurandir Buchweitz e Silva, no dia 13 de Maio de 2022, no Mercado Central de Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Edmilson Gil Oliveira, no dia 17 de Julho de 2020, através das plataformas de Formulários do Google e WhatsApp, em Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Danielle Bonow, no dia 27 de Maio de 2022, através da plataforma Google Meet, em Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Mari Luzia Geisel, no dia 29 de Março de 2023, no Mercado Central de Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Referências

- AFRIKA, Llaila O. Nutricide: the nutritional destruction of the Black race. 1995.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia: teoria y práctica para uma agricultura sustentable. **PNUMA**: México. 2000.
- ASSIS, L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. La Ciudadania Negada. **Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 56, p. 123-142, 2018.)
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2019.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. Editora Elefante, 2020.

ABREU, L. S. de; KLEDAL, P.; PETTAN, K.; RABELLO, F.; MENDES, S. C. Desenvolvimento e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Digitado.

ALVES, E.; SOUZA, G. da S.; SANTANA, C. A. M. Pobreza e sustentabilidade. Revista de Política Agrícola, ano 25, n. 4, p. 63-81, out./dez. 2016.

ALMEIDA, F. G. Agricultura familiar: estratégias produtivas de base ecológica e aplicação de princípios da agroecologia. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 7-15.

BURKE, Peter. **Escrita a história**: novas perspectivas. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. São Paulo: Editora FGV. 2006.

BARBOSA, Lívia. **A Ética e a Estética na Alimentação Contemporânea**. Produção, consumo e abastecimento de alimentos. 1aed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, v. 1, p. 95-123.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Estado, poder e governo**. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v. 45, p. 1-21, 2011.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005. BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória ,contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 1º ed. - São Paulo: Gaia, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto. Superando a revolução verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **EMATER/RS-Ascar. Rio Grande do Sul**, 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In:

TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. (Eds.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Agronomía – Universidad de la República Oriental del Uruguay, 2006. p. 45-64.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COTRIM, Décio Souza; DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Construção do Conhecimento Agroecológico: Problematizando a noção. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, n. 3, 2016.

CASTAÑEDA DE ARAÚJO, Marcelo et al. Ambientalização e politização do consumo e da vida cotidiana: uma etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos em Nova Friburgo/RJ. 2010.

CASSOL, A. P. Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79442/000900224.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

COSTA, Janete Basso. Processos participativos na construção da agroecologia – estudo de caso da ARPASUL. Pelotas/UFPEL (Dissertação de Mestrado), 2006. 102p.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Acesso em: 10, out. 2023.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; DE MORES FERREIRA, Marieta. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DAVIS, J. "Business Responsibility and the Market for Farm Products", Boston Conference on Distribution, box 1, folder 2, John H. Davis Papers Special Collections. Beltsville, MD: National Agricultural Library, 1995.

E.P. Thompson. **History from Below**. The Times Literary Supplement, 7 de abril de 1966, p. 279-80.

FREUDENBERG, Nicholas. **A que custo?** O capitalismo (moderno) e o futuro da saúde. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 17, 2013.

FRANÇOIS, M. Ligação entre ações de desenvolvimento da economia rural. Circuitos curtos ou circuitos longos? Caderno n. 7, Observatório Europeu Leader, jul. 2000.

FORMAN, S. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento**. Entropia. Ecologia. Economia. Tradução Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

GODOY, W. I. As feiras-livres de Pelotas, RS: estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização. 2005. 284 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

HIGASHI, T. Agrotóxicos e a saúde humana. **Agroecologia**, dez 2001/jan 2002, p.5-8.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. [2º ed], São Paulo: Centauro, 2003.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B.; BRESNYAN JUNIOR, E. W. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do censo agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes . Daniela Matias de Carvalho Bittencourt 34 Texto para Discussão 49 visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília, DF: Ipea, 2014. p. 279-311.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Editora da Unicamp, 2018.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 1-6, 7-32 e 119-130.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**. 2016. no. 32, p. 123-151.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo, SP: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, no. 94, p. 1-18, 2017.

MENASCHE, Renata. **Saberes e Sabores da colônia**: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MACIEL, M. E. Olhares antropológicos sobre a alimentação: identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

PIGNATI, Wanderlei Antonio Pignati; CORRÊA, Marcia Leopoldina M; LEÃO, Luís Henrique Da Costa; PIGNATTI Marta Gislene; MACHADO, Jorge Mesquita

Huet (Organizadores/as). **Desastres Sócio-Sanitários-Ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

PASCHOAL, Adilson D. **Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente: problemas e soluções**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/FGV, p. 67-71, 2000.

PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2015.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. p. 11-62.

PINHEIRO, G. S. R. Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PORTO, G. C. S. Configuração sócio-espacial e inserção das Feiras Livres de Itapetinga–BA e arredores no circuito inferior da economia. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: LANDER, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: **CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2000, p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. Em: B. S. Santos & M. P. Meneses (orgs.), **Epistemologias do sul**. Coimbra, Almedina p.73-117, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, 2015.

RÉMOND, Réne (ORG). **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2003

RIBEIRO, Marcos Vinicius; WOLFART, Cintia; DA SILVA, Marcio Antônio Both. ASPECTOS DA “MODERNIZAÇÃO” DA AGRICULTURA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): VÍNCULOS, MÉTODOS E ESTRATÉGIAS. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 68, 2020.

RIBEIRO, E. M. (Org.). Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais. Fortaleza: BNB/ETENE, 2007.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Toward a new common sense**: law, science and politics in the paradigmatic transition. 1995.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **La Globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá, Colombia: IISA; Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

SERVILHA, M. M. As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuaí–MG. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SILVA, L. S. “**O trabalho com a natureza é puxado, mas compensa**”: Narrativas de produtores agroecológicos na cidade de Pelotas e Canguçu. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Bacharelado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

VALENÇA, T. G. Circuito carioca de feiras orgânicas: um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WUERGES, Edson Walmor; SIMON, Álvaro Afonso. Feiras-Livres como uma forma de popularizar a produção e o consumo de hortifrutigranjeiros produzidos com base na agroecologia. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 2, 2007.

WALLACE, Rob. **Pandemia e Agronegócio**: Doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

Anexos

Roteiro voltado às entrevistas com produtores

1. Nome?
2. Onde reside?
3. Idade?
4. Estado civil?
5. Tem filhos?
6. Escolaridade dos filhos?
7. Qual sua profissão e/ou formação?
8. Escolaridade dos pais?
9. Profissão dos pais?
10. Profissão dos filhos?
11. Conte um pouco sobre sua trajetória de vida, onde nasceu, região onde a família mora, há quanto tempo trabalha com agricultura.
12. O que produzem?
13. Há outras atividades além da agricultura? Existe uma atividade principal que proporciona renda?
14. Cultivam produtos sazonais ou de produção contínua (durante todo ano)?

15. O local onde produzem é essencialmente vinculado à agricultura ou há outras produções?
16. Quantos hectares possui a propriedade onde produzem? Quantos destes hectares são produzidos de forma agroecológica?
17. Como era no início de seu trabalho na agricultura. Comenta por favor, dificuldades e pontos positivos.
18. Costumava usar agrotóxicos no início da sua trajetória como agricultor/agricultora?
19. Qual foi a forma de manuseio da terra após a transição para a produção agroecológica?
20. Por qual motivo decidiram optar pela produção agroecológica?
21. Alguma entidade facilitou o contato com esta forma de produzir?
22. Produz suas mudas e sementes ou compra de algum outro produtor?
23. Onde comercializam seus produtos?
24. Há quanto tempo produz agroecológicos?
25. Ao lidar com insetos invasores, como solucionam esses problemas nas plantas?
26. Observam uma mudança ambiental na propriedade? Essa mudança influencia no plantio (ex: com a agrofloresta temos resultados positivos no plantio de hortaliças)?
27. Possuem selo de certificação de produtos orgânicos? Se não, por que?
28. Já participaram de alguma mobilização política voltada para as questões agroecológicas?
29. Acredita que entidades de fomento à agroecologia foram importantes na sua trajetória como produtor?
30. Fazem parte de algum grupo, feira ou organização com foco no produtor orgânico?
31. Como esta organiza suas atividades, sejam elas de comércio ou oficinas voltadas aos produtores?
32. Há quanto tempo fazem parte desta?
33. Vê mudanças nos gastos de produção após a transição?
34. Acha que o valor investido na produção muda o preço no mercado, do produto final?

35. Percebe que na hora da comercialização existe uma qualidade esperada pelo consumidor?
36. O que fazem para inovar nos produtos e alcançar novos consumidores?
37. Como tem aprendido a fazer/cultivar novos produtos?
38. Em relação ao consumo da sua família: também consomem produtos orgânicos?
39. Acredita haver uma maior consciência ambiental em consequência da mudança na forma de produzir?
40. Consome de outros produtores orgânicos?
41. Percebe uma melhoria na qualidade de vida? E na qualidade do trabalho?
42. Houve uma melhora financeira? E na satisfação com o método de venda (feiras, etc)?
43. Nota um aumento dos consumidores que buscam o produto agroecológico?
44. Possui consumidores fixos? Quem costumam ser eles?
45. Percebe uma consciência ambiental entre os consumidores?
46. Vendem para alguma empresa pública?

Roteiro voltado à entrevista com Fábio Mayer

1. Nome?
2. Onde reside?
3. Idade?
4. Conte um pouco sobre sua trajetória de vida, onde nasceu e região onde a família mora.
5. Qual sua profissão e/ou formação?
6. Pode comentar um pouco sobre como te aproximaste das discussões que se relacionam à agricultura familiar e à agroecologia. Como essas discussões surgiram na tua trajetória?
7. Podes falar um pouco de como foram as mobilizações, quais as entidades e atores sociais envolvidos na criação do CAPA, quais as motivações?
8. Comente como o CAPA chega na cidade de Pelotas?
9. Conte um pouco da sua trajetória dentro do CAPA

10. Como são organizadas as ações do CAPA na cidade
11. Quais as maiores dificuldades e desafios que tu percebes no que se refere às pautas atuais do CAPA?
12. Pode dizer aproximadamente quantos produtores ou feiras são abrangidos pelas ações?
13. O CAPA nasce como forma de enfrentamento das consequências da revolução verde, atualmente percebemos uma nova investida nos ideais difundidos nesse período. Poderia comentar sobre como a organização tem discutido esse momento e a constante liberação de culturas transgênicas em território brasileiro?
14. Como a questão do impacto dos agrotóxicos é discutida dentro das ações da organização?
15. Há algum caso de contaminação de agrotóxicos na propriedade de produtores agroecológicos, partindo de monoculturas que se localizem em terras vizinhas a estes produtores? Se sim, a organização se mobiliza juridicamente em apoio destes produtores?

Roteiro voltado à entrevista com Jurandir Silva

1. Nome?
2. Onde reside?
3. Idade?
4. Conte um pouco sobre sua trajetória de vida, onde nasceu e região onde a família mora.
5. Qual sua profissão e/ou formação?
6. Pode comentar um pouco sobre como te aproximaste das discussões que se relacionam à agricultura familiar e à agroecologia. Como essas discussões surgiram na tua trajetória?
7. Comente um pouco sobre sua trajetória política, e em que momento ela se entrelaça aos assuntos agroecológicos.
8. A Lei nº 6.980, de 14 de outubro de 2021, que institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica em Pelotas foi proposta pela prefeitura e teve apoio do seu mandato. Poderia comentar como

- aconteceu à articulação com outras entidades? Como foi o processo de elaboração e proposta?
9. Qual foi a importância de trabalhar junto da Secretaria de Qualidade Ambiental na construção do PL?
 10. Existia uma demanda por parte de produtores e entidades relacionadas, que fez voltar sua atenção para a capacidade produtiva da agroecologia?
 11. Quais são as maiores dificuldades que teu mandato encontrou na efetivação de propostas voltadas para pequenos produtores?
 12. Encontram muita resistência por parte das monoculturas ao redor, existe ainda uma pressão política forte partindo de grandes produtores?
 13. Conte um pouco sobre o projeto de hortas urbanas que vens desenvolvendo.
 14. Por outros entrevistados foi exposto que estes percebem uma diminuição nas políticas públicas voltadas ao incentivo da extensão rural, bem como de apoio e ajuda aos produtores agroecológicos. Acredita que as propostas que vem sendo colocadas em pauta na câmara vão à contramão do exposto acima, que estas se apresentam como, mesmo em nível local, alternativas eficientes?
 15. No dia 25 o mandato vai sediar um feirão agroecológico em frente à câmara. Como o mandato vê a importância de expor os produtos em vista, em frente a um espaço importante como a câmara?
 16. Percebe um interesse crescente nos assuntos voltados ao meio ambiente, agricultura sustentável e agroecológica? Acha que a cidade já esta se conscientizando dos benefícios que advém destes?
 17. Você enquanto consumidor: consome de produtores orgânicos? Frequenta as feiras da cidade?

Roteiro voltado à entrevista com Cristine Jaques Ribeiro

1. Nome?
2. Onde reside?
3. Idade?

4. Conte um pouco sobre sua trajetória de vida, onde nasceu e região onde a família mora.
5. Qual sua profissão e/ou formação?
6. Pode comentar um pouco sobre como te aproximaste das discussões que se relacionam à agricultura familiar e à soberania alimentar. Como essas discussões surgiram na tua trajetória?
7. Antes da criação do Fórum, como essas temáticas eram discutidas na cidade/região? Havia outros fóruns? Ou iniciativa seja de entidades, movimentos sociais ou universidades?
8. Podes falar um pouco de como foram às mobilizações, quais as entidades e atores sociais envolvidos na criação do Fórum, quais as motivações?
9. Quando e como foi criado o Fórum na cidade de Pelotas?
10. Conte um pouco da sua trajetória dentro do Fórum?
11. Como são organizadas as ações do Fórum?
12. Como ocorre o contato com os produtores que desejam fazer parte do Fórum?
13. Quais as maiores dificuldades e desafios que tu percebes no que se refere à organização do Fórum?
14. Pode dizer aproximadamente quantos produtores participam atualmente do Fórum?
15. Todos os agricultores que participam do Fórum são agroecológicos?
16. Em 2020, já durante a pandemia, o Fórum de Segurança Alimentar e movimentos sociais apresentaram proposta de combate à fome em Pelotas, pode comentar um pouco sobre a proposta? E de como ocorreu a sua elaboração?
17. Poderia comentar sobre a liberação de culturas transgênicas em território brasileiro e de como esse assunto é discutido entre o coletivo?
18. Como a questão do impacto dos agrotóxicos é discutida dentro do Fórum?
19. Há algum caso de contaminação de agrotóxicos na propriedade de produtores agroecológicos, partindo de monoculturas que se localizem em terras vizinhas a estes produtores? Se sim, como o movimento se mobiliza juridicamente?

